

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**NATASHA PEREIRA LUBASZEWSKI**

**LÍBIA: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA E INSERÇÃO REGIONAL (1969-  
2015)**

**Porto Alegre  
2016**

**NATASHA PEREIRA LUBASZEWSKI**

**LÍBIA: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA E INSERÇÃO REGIONAL (1969-  
2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Analúcia Danilevycz Pereira

**Porto Alegre  
2016**

### CIP - Catalogação na Publicação

Pereira Lubaszewski, Natasha  
LÍBIA: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA E INSERÇÃO REGIONAL  
(1969-2015) / Natasha Pereira Lubaszewski. -- 2016.  
70 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Líbia. 2. Qaddafi. 3. Estado das Massas. 4.  
Panafricanismo. 5. Primavera Árabe. I. Danilevicz  
Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

**NATASHA PEREIRA LUBASZEWSKI**

**LÍBIA: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA E INSERÇÃO REGIONAL (1969-  
2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dra. Sônia Ranincheski  
UFRGS

---

Prof. Dr. Diego Pautasso  
UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil e a todo o povo brasileiro, por me dar a chance de cursar o ensino superior e por financiar os meus estudos. Nesse seguimento, não poderia deixar de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas por me prover excelência acadêmica e um ensino superior de qualidade.

Agradeço à minha professora orientadora, Analúcia Pereira, pelo suporte durante praticamente toda a faculdade e por ter dedicado parte do seu tempo à minha pesquisa, sempre me guiando e incentivando. A todas (os) professoras (os), agradeço não só por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Vocês me proporcionaram não só conhecimento e senso crítico acerca do sistema internacional, tão necessários à minha formação profissional, mas também foram exemplos de caráter e dedicação. Nesse sentido, agradeço também aos funcionários da faculdade que foram fundamentais para que eu pudesse concluir os meus estudos.

À minha família fica o agradecimento pelo amor, incentivo e apoio incondicionais. Aqui, dois agradecimentos especiais: aos meus pais, que foram o meu porto-seguro e me proporcionaram entrar e concluir o curso; e ao meu avô, que, através de seus incansáveis debates, sempre me instigou a conhecer e compreender melhor o mundo que nos cerca. Não há palavras que possam expressar a minha gratidão e o meu amor por vocês.

Agradeço, por fim, à minha turma, que caminhou unida durante os últimos cinco anos, tornando-se fonte de suporte e amizade. Um agradecimento especial às mulheres que fazem parte dela, que me mostraram a cada dia a força da união feminina e a nossa capacidade de ultrapassar qualquer barreira que a sociedade nos impõe. Vocês são minha fonte de inspiração.

*“O nacionalismo no mundo dos homens e o instinto de grupo no mundo animal funcionam como a lei da gravidade no mundo mineral. Se, por um acaso, a massa solar se desagregasse a ponto de perder a sua gravidade, gases explodiriam em todas as direções e a unidade do Sol deixaria de existir. A unidade é, portanto, a base da sua sobrevivência.”*

(Muhammar al-Qaddafi)

*“A história sozinha cria estereótipos, e o problema com estereótipos é que não é que eles não são verdadeiros, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história se tornar a única história.”*

(Chimamanda Ngozi Adichie)

## RESUMO

O presente trabalho trata da importância da Líbia sob liderança do presidente Qaddafi em termos regionais e continentais, abordando temas como pan-africanismo e a busca pela não ingerência externa nas questões internas ao continente. Tem como objetivos centrais analisar a relevância e influência regional do país, em perspectiva histórica, além de analisar o processo interno à Líbia durante a Primavera Árabe e suas consequências tanto internas quanto externas. Para isso, através de uma pesquisa bibliográfica seguida de análise e sistematização de fontes, inicialmente procura compreender os elementos que dinamizaram a construção do Estado moderno líbio, que são fundamentais para entender sua política exterior e inserção regional e continental. A partir daí, através da análise das relações externas do país, busca demonstrar a importância da Líbia em termos de iniciativas políticas, econômicas e securitárias para a região mediterrânea, para o continente africano e no âmbito das organizações regionais, como a União Africana. Por fim, procura analisar as causas e, principalmente, as consequências da guerra civil líbia (2011 - dias de hoje) para a região Mediterrânea e para o continente africano como um todo.

**Palavras-chave:** Líbia; Qaddafi; Estado das Massas; Panafricanismo; Primavera Árabe; Terrorismo; Migração Forçada.

## **ABSTRACT**

This work addresses the importance of Libya under President Qaddafi's leadership in regional and continental terms, addressing issues such as pan-Africanism and the defense of no external interference in internal matters of the continent. Its central objectives are to analyze the regional relevance and influence of the country, in a historical perspective, besides analyzing the internal process to Libya during the Arab Spring and its consequences both internal and external. For this, through a bibliographical research followed by analysis and systematization of sources, it initially seeks to understand the elements that energized the construction of the modern Libyan state, which are fundamental to understand its foreign policy and regional and continental integration. From there, through the analysis of the country's external relations, it seeks to demonstrate the importance of Libya in terms of political, economic and security initiatives for the Mediterranean region, the African continent and regional organizations such as the African Union. Finally, it seeks to analyze the causes and especially the consequences of the Libyan civil war (2011 - today) for the Mediterranean region and for the African continent as a whole.

**Keywords:** Libya; Qaddafi; State of the Masses; Pan-Africanism; Arab Spring; Terrorism; Forced Migration.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Do Império turco-otomano ao fim do Império Sanusi .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2. O governo Qaddafi e sua Terceira Teoria Universal.....</b>	<b>20</b>
2.2.1 A economia do Estado das Massas.....	21
2.2.2 A Nova Estrutura Política.....	23
2.2.3 A Estrutura Tribal do País .....	25
<b>3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA LÍBIA .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 Do enfrentamento à melhora nas relações com as Potências Ocidentais.....</b>	<b>29</b>
3.1.1 Lockerbie e as Sanções da ONU .....	33
3.1.2 O fim da disputa de Lockerbie e o levantamento das sanções .....	35
<b>3.2 Relações com a Liga Árabe: da euforia à decepção.....</b>	<b>37</b>
3.2.1 A Frustração e o Distanciamento nas Relações.....	39
<b>3.3 A virada para a África e o movimento pan-africano.....</b>	<b>42</b>
3.3.1 A Guerra do Chade.....	42
3.3.2 África para os Africanos.....	45
3.3.3 Os Projetos para o Continente e a Criação da União Africana .....	46
<b>4. A QUEDA DE QADDAFI E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A REGIÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 Estado Islâmico e Al-Qaeda no Norte da África.....</b>	<b>54</b>
<b>4.2 A Crise de Migração .....</b>	<b>60</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

Com o quarto maior território da África, a Líbia possui 60% do seu território coberto pelo deserto do Saara, sendo que 90% do país possui um clima desértico. Devido a essas condições climáticas adversas, a população do país se concentra perto da costa, banhada pelo mar Mediterrâneo e pelo Golfo de Sidra, onde residem cerca de 90% dos cidadãos. Ao passo que a população está majoritariamente aglutinada no Noroeste, na Tripolitânia, o petróleo líbio encontra-se acumulado na província da Cirenaica, a leste do país. Considerada uma “sociedade de hidrocarbonetos”, a Líbia possuía um governo financiado em grande parte por receitas de petróleo (e gás natural), assim como Kuwait, Arábia Saudita, Omã e Emirados Árabes Unidos (SIMONS, 1996). Em um mundo em que este recurso virou arma política, a descoberta dos poços de petróleo fez com que a Líbia assumisse posição de destaque nas relações internacionais.

Os recentes eventos que culminaram na Primavera Árabe reacenderam a necessidade do estudo acerca do Estado líbio e suas relações. Isso porque, de acordo com Winter (2015), após o dismantelamento da Líbia em uma guerra civil, células do Estado Islâmico passaram a se instalar no seu território e a ameaçar ainda mais a segurança da região mediterrânea. Além disso, a porosidade das fronteiras do país resultante do conflito, só fez por aumentar o fluxo de migrações nesta região, que já era considerada corredor entre a África e a Europa (KHALLAF, 2013), inflamando a atual crise europeia de refugiados. Visto que a divisão provincial do território fez com que o processo de unificação da Líbia fosse penoso e levasse muitas décadas para se concretizar e que a recente desagregação do país não traz perspectivas de retomada desta união, torna-se imprescindível o entendimento aprofundado acerca das dinâmicas políticas do país, visto que são condições básicas para a reunificação e estabilização da região (VANDEWALLE, 2014).

Assim, o presente trabalho tem como objetivos analisar a importância estratégica da Líbia sob o governo de Qaddafi para o continente africano e como se deu a sua inserção regional no período. Para isso, inicialmente procura-se compreender os elementos que dinamizaram a construção do Estado moderno líbio, que são fundamentais para entender sua política exterior e inserção regional e continental. A partir daí, busca-se, através da análise das relações externas do país, demonstrar a importância da Líbia em termos de iniciativas políticas, econômicas e securitárias para a região mediterrânea, para o continente africano e no âmbito das organizações regionais, como a União Africana. Busca-se, por fim, analisar as causas e, principalmente, as

consequências da guerra civil líbia (2011 - dias de hoje) para a região Mediterrânea e para o continente africano como um todo.

Como problema de pesquisa, entende-se que a atuação de Qaddafi foi central para as condições de modernização e também para a unificação do Estado líbio. Sua liderança foi capaz de juntar as três províncias distintas, forjando uma unidade nacional, e superar, na medida do possível, o poder tribal dentro do país. Dessa maneira, o líder líbio foi capaz de manter a estabilidade e o monopólio do uso da força dentro das fronteiras líbias. Além disso, Qaddafi foi fundamental em termos de integração continental, tendo fomentado a União Africana e diversos projetos de união e desenvolvimento que, desde sua criação, serviram de suporte para que o continente africano.

Por isso, o trabalho parte da hipótese que Qaddafi tornou a Líbia indispensável para os projetos de integração e para a autonomia econômica e política do continente africano. Procura mostrar, também, que o país é peça chave para a estabilidade do Norte da África e do Mediterrâneo em termos securitários, de maneira que o espraiamento de ameaças terroristas em seu território traz consequências diretas para toda a região. Como uma terceira hipótese, defende-se que a intervenção externa no conflito líbio, ao catalisar a queda de Qaddafi, tornou-se causadora direta do agravamento da crise de refugiados e da tomada de parte do território líbio por parte do Estado Islâmico, visto que nenhum ator político logrou recuperar o monopólio do uso da força necessário para reunificar e estabilizar o país após a queda do líder.

A metodologia de pesquisa utilizada consiste em uma análise qualitativa partindo do estudo em perspectiva histórica da construção do Estado Nacional líbio, que define os elementos balizadores da conjuntura atual do país. Para isso, foi feito um levantamento e sistematização da bibliografia, que inclui fontes oficiais e biográficas, à exemplo do “Livro Verde” escrito por Muammar Qaddafi.

Para atingir seus objetivos, o presente trabalho é dividido em três capítulos, precedidos da presente introdução e seguidos de uma posterior conclusão. O primeiro capítulo faz uma breve recapitulação da história líbia, passando pelos fatores mais importantes para compreender a dinâmica do país nos dias atuais. Trata, então, desde o domínio turco do território até o governo Qaddafi, procurando analisar este último mais detalhadamente. O capítulo seguinte trata das relações internacionais da Líbia ao longo do governo Qaddafi. Para isso, é subdividido entre as relações com os países Ocidentais, seguido das relações com os países árabes e, por fim, as relações com o

continente africano. O terceiro e último capítulo trata da situação atual do país, apresentando algumas das consequências regionais da queda do líder líbio. Abarca, assim, uma breve explicação sobre os movimentos da Primavera Árabe na Líbia, que resultou na morte de Qaddafi, seguida pela tomada de espaço de grupos terroristas no país e a crise de migração da qual o país faz parte atualmente.

## 2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL

### 2. 1. Do Império turco-otomano ao fim do Império Sanusi

Dividida em três regiões que em muito pouco convergem, a Líbia é formada pelas províncias de Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan (Figura 1). O grande distanciamento entre os três distritos são reflexo não só da falta de integração econômica precedente entre elas, mas também de uma geografia humana e física diversas, além de diferenças históricas marcantes. Se, por um lado, a Cirenaica sentiu por muito tempo os reflexos da colonização grega, identificando-se com os países do Leste, a Tripolitânia esteve sob forte influência da antiga ocupação romana, mantendo uma tradição cultural e econômica largamente orientada para o Magrebe, que compartilhava sua história, ao passo que Fezzan permanecia uma região seminômade, interagindo esmagadoramente com a África subsaariana. Fatores como estes acabaram por tornar suas organizações internas e relações externas muito distintas (VANDEWALLE, 2006).

**Figura 1: A Divisão Provincial da Líbia**



Fonte: KAPLAN, 2013

A construção do Estado-Nação líbio como conhecemos hoje foi tumultuada desde os seus primórdios. A passagem de subsequentes povos e diferentes impérios pelo

seu território, como gregos, romanos, árabes, turco-otomanos e italianos só fez por dificultar a criação de uma identidade nacional entre o povo líbio (GONZÁLEZ, 2011). Cada leva de invasores povoou e acomodou-se na região, sofreu forte resistência e acabou por pagar um alto preço em termos financeiros e de força humana. Pode-se dizer, assim, que ao longo de todos estes anos o povo líbio não foi totalmente subjugado: os invasores sempre encontraram um engenhoso povo, favorecido por um terreno difícil e uma natureza complicada que dificultavam ainda mais o cenário para forasteiros (SIMONS, 1996).

Foi apenas o Império Turco Otomano que, a partir do século XVI, logrou unificar as distintas regiões do território sob um único governo (VANDEWALLE, 2006). Vandewalle (2006) arrisca afirmar que este foi o maior legado dos otomanos ao território líbio. De acordo com Simons (1996), a dinastia turca Karamanli estendeu seu controle por grande parte da Cirenaica e Fezzan, estabelecendo a forma do Estado líbio dos tempos modernos, algo que as potências ocidentais frequentemente reivindicam como sua própria invenção. Apesar disso, o controle turco na região estava longe de ser completo, pois a autoridade prática era frequentemente exercida por líderes militares e capitães piratas, não por funcionários do sultão turco (SIMONS, 1996).

Durante o século XIX, o Império Turco Otomano tornou-se cada vez mais inefetivo, pois tensões divergências dentro da própria administração e movimentos externos cresciam e enfraqueciam o poder central sobre os territórios controlados (SIMONS & BENN, 2003). Foi neste período também que se iniciou um reavivamento religioso que moldou radicalmente o curso da história na Líbia. O movimento Sanusi<sup>1</sup>, surgido na Argélia, aparecia para fortalecer o islã contra as invasões dos cristãos europeus, logo se espalhando pela região e tornando-se focos de resistência às ocupações. Este movimento não tardou a chegar à região da Cirenaica, província líbia considerada porta para a África Central (SIMONS, 1996). O movimento instalou na região certa governança, trazendo cada vez mais autonomia e criando um sistema de valores comuns entre a população, que acabaram por formar uma identidade cada vez mais forte. Nascia nesse período, segundo Vandewalle (2006), uma das forças políticas mais fortes da história da Líbia. A força era tamanha que logo tornaram-se um movimento de contestação ao domínio turco, aos poucos tomando o controle de Fezzan

---

<sup>1</sup>Este movimento, formado por muçulmanos sunitas ou ortodoxos, é uma das principais ordens do Islã. Ele está em conformidade com o que consideram os ensinamentos originais do Profeta, uma abordagem firme à fé e moral que é bem adequada para o beduíno tradicional da Cirenaica (SIMONS, 1996).

e organizando algumas tribos da Tripolitânia, o que resultou em uma rebelião com diversas mortes (SIMONS & BENN, 2003). Nas palavras de Simons e Benn,

A rebelião matou muita gente, mas os árabes líbios ainda não estavam com o comando da sua própria terra. Na verdade, eles foram forçados a confrontar ainda outra ocupação colonial, a mais devastadora de todas, antes da Líbia poder emergir como uma nação independente (SIMONS & BENN, 2003, pg. 3, tradução própria).

A outra ocupação a que se referem Simons & Benn era a italiana. Já nos anos 1880 a Itália começou uma política de “penetração pacífica” em território líbio, conquistando seu espaço através de medidas econômicas e não militares. No final da década o comércio italiano já tinha se estendido por todos os principais portos da Líbia e escolas para difundir a língua e a cultura italiana já tinham sido abertas no país. Porém aos poucos as pressões para uma colonização mais eficaz dos territórios do Norte da África foram se intensificando (SIMONS, 1996). Ao constatar a presença de outras potências europeias em colônias do Mediterrâneo, a Itália, com medo de perder o seu espaço e buscando competir por ganhos estratégicos e comerciais, se lançou de fato na penetração do continente Africano.

A ocupação se iniciou pacífica e tornou-se bélica assim que, percebendo a crescente impotência colonial dos otomanos, a Itália declarou guerra à Turquia, em 29 de setembro de 1911, como um prelúdio necessário à sua campanha militar na região (SIMONS & BENN, 2003; BOAHEN, 2010). O avanço italiano foi lento, mas logo foi favorecido pelos reveses turcos nos Balcãs: após uma derrota, em 1912, a Turquia decidiu assinar o tratado de Lausanne com seus adversários europeus. Uma de suas principais disposições era a renúncia por parte do sultão turco de todos os direitos sobre a Líbia, definindo a sua retirada (BOAHEN, 2010) e a autonomia da Tripolitânia e da Cirenaica (SIMONS & BENN, 2003). Após a assinatura da paz, em novembro, os líbios foram deixados para resistir às incursões italianas sozinhos (SIMONS, 1996).

O fim da guerra não significou o encerramento dos combates. Isso porque após derrotarem os turcos, os italianos tiveram que seguir combatendo as próprias tribos árabes da Líbia (BOAHEN, 2010). No campo de batalha os italianos encontraram mais oposição do que imaginavam, o que acabou por retardar o seu avanço. É válido enfatizar a importância da religião para a resistência no país, pois os líbios preferiam continuar leais aos legisladores muçulmanos do Império do que tornarem-se cidadãos europeizados sob legislação cristã (SIMONS & BENN, 2003). Em 1914 a resistência

organizada de diversos países à colonização já havia terminado, mas não na Líbia. A resistência da população somou-se ainda à situação originada pela Primeira Guerra Mundial, que retardou ainda mais a transição para a fase de ocupação efetiva dos territórios. Por isso em 1922 o povo líbio ainda lutava contra os italianos, que empreendiam uma espécie de “reconquista” pós-guerra. A campanha ferrenha e de caráter genocida empreendida pelos europeus, entretanto, tornaram imperativo o rendimento das forças líbias (BOAHEN, 2010).

Apesar da reconquista ter começado no final de 1922, foi somente durante os anos 30 que a Líbia finalmente se rendeu aos italianos. No decorrer da década os vestígios de resistência foram esmagados por tanques, artilharia, aviões de guerra. De acordo com Simons (1996), autoridades líbias afirmam que cerca de 750.000 pessoas, praticamente metade da população, foram mortas durante a conquista italiana e que muitas comunidades foram deslocadas, abatidas e levadas para campos de concentração. Cerca de 12.000 líbios eram executados anualmente, durante o período (SIMONS, 1996). Assim, em 1934, o último país do norte da África finalmente se rendeu à colonização europeia: a Itália logrou unificar as províncias da Tripolitânia e da Cirenaica sob um governo baseado em Trípoli, sujeito ao fascismo italiano (SIMONS & BENN, 2003). Quatro anos depois, Mussolini declarou que a Líbia era parte integral do seu Reino, constituindo a nona região da Itália (VANDEWALLE, 2006). Entretanto, de acordo com Simons

Tal como acontece com grande parte da colonização europeia, os esquemas que foram implementados trouxeram alguns benefícios para a população local, mas a presença italiana - apesar da quota inevitável de colaboração mercenária - nunca foi aceita pela grande massa do povo líbio (SIMONS, 1996, pg. 136 – tradução própria).

A rebelião líbia contra a ocupação italiana tinha sido esmagada, mas muitos grupos líbios forçados a fugir para países como a Tunísia, Síria, Egito e Iraque mantiveram vivo o sonho da independência nacional (SIMONS, 1996). Em 1939, com a Segunda Guerra Mundial escalando, já parecia iminente o envolvimento italiano no conflito, trazendo a ideia de que uma Itália enfraquecida pela guerra facilitaria a independência da região (SIMONS & BENN, 2003). Nesse contexto, em um encontro dos emigrados líbios em Alexandria, no Egito, os árabes líbios declararam o seu suporte aos Aliados e Sayyid Idris, do movimento Sanusi, foi escolhido como seu líder



(MAZRUI, 2010). A entrada dos italianos na guerra, em 1940, trouxe esperança para um país que desde o início buscou livrar-se da intervenção colonial. Vislumbrando na derrota do Eixo uma possível brecha para a independência, as forças de resistência líbias, ligadas à Idris, passaram a lutar ao lado dos Aliados, tornando o Norte da África teatro de operações da guerra (VANDEWALLE, 2006).

A derrota do Eixo fez com que a Líbia fosse libertada de uma ocupação colonial, mas não com que alcançasse a independência. Ao ter o controle da Tripolitânia e da Cirenaica passado para os britânicos e de Fezzan para os franceses (MAZRUI, 2010), o território líbio permaneceu sob domínio Ocidental até 1951. Vale notar que, nesse período, os diferentes níveis de evolução política experimentados pelas províncias ficaram óbvios. Ao passo que a Cirenaica se encaminhava para uma independência separada sob tutela britânica - e com a liderança de Idris -, a Tripolitânia não possuía nenhum líder endógeno e permanecia dividida. Além disso, havia sinais de que os franceses planejavam separar Fezzan e incorporá-la à África Equatorial Francesa<sup>2</sup> (SIMONS & BENN, 2003). Nas palavras de Simons&Benn, “parecia que as chances da independência de uma Líbia unificada e genuína não eram fortes” (SIMONS & BENN, 2003, pg. 16, tradução própria).

O regime de ocupação militar estabelecido pelos ingleses e franceses na região passou a ser contestado pela União Soviética (URSS) e pelos Estados Unidos (EUA), que emanavam o princípio da divisão equitativa das antigas colônias tanto italianas quanto alemãs. Num mundo pós-guerra, com o crescimento da Guerra Fria, tanto a URSS, quanto os EUA e as potências europeias viam claramente as vantagens estratégicas oferecidas pelo território líbio: uma longa costa, com vastos espaços interiores, ideais para a implantação de bases militares (SIMONS, 1996). Assim, na impossibilidade de estabelecer uma administração comum entre os Aliados, a questão teve que ser submetida às Nações Unidas que, em setembro de 1948, passou a tutelar a região até a sua independência (MAZRUI, 2010).

A transferência de tutela não significou retirada das potências Ocidentais do país. Tanto a Grã-Bretanha quanto a França, somadas aos Estados Unidos, já estavam implantados no território, inclusive com instalações de bases aéreas. Os três países possuíam interesses na Líbia e não tinham intenções de abandonar o país (MAZRUI, 2010). Por isso, antes mesmo da declaração de independência, ambas as potências já

---

<sup>2</sup> Região que, em sua maioria, se tornou um Chad independente em 1960 (SIMONS & BENN, 2003).

havam negociado a provisão de apoios financeiros e entrada de investimentos, além do mantimento de direitos maciços sobre recursos e instalações no território, buscando manter a sua influência sobre região (SIMONS & BENN, 2003). Por esse motivo, Vandewalle (2006) defende que, após a sua independência, a Líbia passou a ser, em certo sentido, um Estado accidental, criado e comandado por grandes interesses de poder internacionais e acordado entre as províncias locais, que tinham medo das outras possibilidades.

A independência do Reino da Líbia como uma monarquia federativa<sup>3</sup>, caracterizada pela autonomia de suas províncias e um governo central enfraquecido, foi proclamada em 29 de dezembro de 1951 (VISENTINI, 2012a). À época, todas as partes concordaram que o reconhecimento do autoproclamado Emir da Cirenaica Muhammad Idris Io al-Sanusi como monarca era a única maneira viável para a consolidação de um Estado unificado, tornando-o a única real liderança da região (MAZRUI, 2010). A nova Constituição Líbia afirmava que o país seria uma monarquia hereditária, de forma federativa e seu sistema de governo seria representativo. O país passou a chamar-se “Reino Unido da Líbia” e cada uma das três regiões tornou-se província do reino (SIMONS, 1996). Assim, a Líbia foi não só o último território a ser colonizado pelos europeus, mas tornou-se também o primeiro país do Norte da África a declarar sua independência perante a comunidade internacional (FACHAL, 2013).

À época de sua independência, a Líbia era dos países menos desenvolvidos da África do norte, fardo da destruição causada pelas guerras. Além disso, mantinha-se como um país essencialmente dividido, pois até 1963 a monarquia não foi capaz de construir uma unidade nacional (MAZRUI, 2010). Ainda, se por um lado o grande federalismo corrente, com cada uma das províncias possuindo um parlamento separado responsável pela efetivação de leis e pelo seu orçamento, mantinha as regiões separadas, por outro, o povo líbio continuava identificando-se apenas através de ligações regionais tribais, ou, em um sentido mais amplo, através de laços islâmicos, nunca de uma identidade verdadeiramente nacional (VANDEWALLE, 2006).

Somado à isso, o novo rei encontrou oposição forte por parte de líderes tribais de centros políticos urbanos importantes, muitas vezes sob a influência dos árabes nacionalistas, que consideravam a instalação de Idris como um veículo para a

---

<sup>3</sup>À época, Cirenaica e Fezzan defendiam uma representação por estado e paridade Federal destinada a anular a presença da Tripolitânia. Esta proposta, apoiada por Idris, Grã-Bretanha e os Estados Unidos foi o resultado inevitável (SIMONS, 1996).

manutenção da influência externa, principalmente britânica. Isso porque os britânicos estavam interessados em apoiar a monarquia como um dispositivo para combater o nacionalismo árabe e qualquer outro mal que viesse a ameaçar o seu controle na região. O acordo para a construção da base aérea norte-americana Wheelus mostrava que isso não era verdade só para os ingleses, insatisfazendo ainda mais as forças nacionalistas. Em particular, os nacionalistas queriam um Estado unitário, pois havia sido dada excessiva autonomia às três províncias, deixando-as suscetíveis ao domínio das forças tradicionais, que favoreciam as potências Ocidentais e minavam a solidariedade da nação. A Líbia havia emergido, de fato, como um Estado fortemente ligado ao Ocidente, o que veio a ser uma das causas fundamentais do golpe de Estado que derrubou a monarquia alguns anos depois (SIMONS, 1996).

A descoberta de amplas reservas de petróleo nos anos 60 mudou alguns pontos importantes no cenário líbio. Em termos econômicos, o país deixou de ser um dos mais pobres do Norte do continente para se tornar um dos mais ricos de toda a África, ainda que fortemente dependente de um único produto (VANDEWALLE, 2006). Entre os anos de 1953 e 1956 a prospecção de petróleo teve frutos animadores e, ao longo dos anos seguintes, o país fez concessões para a extração dos hidrocarbonetos a diversas empresas Ocidentais (MAZRUI, 2010). A necessidade de gerenciar o dinheiro procedente da exploração de petróleo tornou indispensável uma maior integração econômica do território, tornando iminente a unificação do país (VANDEWALLE, 2006). Assim, em 1963, a estrutura custosa e ineficaz federativa foi abolida por Idris al-Sanusi, as três províncias autônomas foram extintas e a Líbia tornou-se um Estado-nação unificado (MAZRUI, 2010).

Apesar do volume significativo de investimento social, os líbios com acesso ao capital foram os que realmente se beneficiaram na descoberta dos poços de hidrocarbonetos. As companhias de petróleo estrangeiras permitiam que o dinheiro fluísse para os bolsos de uma elite privilegiada da líbia e a nova riqueza levou a taxas altas de suborno e corrupção. Ao mesmo tempo, a década de 1960 caracterizou-se por uma forte onda de nacionalismo árabe que, inspirada pelo líder egípcio Nasser, se espalhou pelo norte da África e Oriente Médio, sendo absorvida por grande parte da população líbia (SIMONS, 1996). A junção destes fatores e o pouco compromisso do rei Idris com a causa árabe, evidenciado na guerra de Israel contra o Egito, em 1967, só fez por aumentar a oposição interna à monarquia líbia. Assim o ressentimento nacionalista constante sustentado pela presença de europeus e bases americanas em terra

da Líbia (SIMONS, 1996), somados a corrupção, a má distribuição da renda proveniente do petróleo e a exclusão da população da vida política fizeram florescer um grande descontentamento político e social entre os cidadãos do país (VISENTINI, 2012a), ameaçando a sua estrutura política tradicional (SIMONS, 1996).

## **2.2. O governo Qaddafi e sua Terceira Teoria Universal**

A insatisfação popular foi o pretexto que um grupo de oficiais nacionalistas precisava para, no dia primeiro de Setembro de 1969, aproveitar uma viagem ao exterior do rei e tomar o poder (HAJJAR, 1980). O jovem líder Muammar al-Qaddafi, inspirado não só por ideais pan-arabistas, mas também socialistas e islâmicas, via seu caminho livre para levar a cabo uma revolução em todos os âmbitos do país, que logo em seguida mudaria todos os aspectos da vida na Líbia (MAZRUI, 2010). O golpe, chamado de “Operação Jerusalém”, exigiu a ocupação concomitante de instalações militares e governamentais em Benghazi e Trípoli e, considerando a escala da agitação social e política, se deu com pouco derramamento de sangue (SIMONS, 1996). Ao assumir o governo líbio, o Conselho Revolucionário tornou Sirte a capital, com Trípoli sendo um centro de apoio administrativo e político. Como a província da Cirenaica era o berço do movimento Sanusi e a casa da monarquia, o regime tornou-se hostil à região, mantendo o antagonismo regional forte até os dias de hoje (MARTINEZ, 2011).

Formado por jovens com pouca ou nenhuma experiência política, o Comitê que passou a governar o país, liderado por Muhammar al-Qaddafi, passou a seguir os ideais defendidos pelo ídolo egípcio Nasser, o que levou à uma revolução na sociedade, política e economia líbias (PARGETER, 2012). Foi instaurada, assim, uma República socialista árabe, fundada no nacionalismo e no pan-arabismo pregados pelo movimento nasserista (MAZRUI, 2010). Liberdade, socialismo e unidade passavam a ser a palavra de ordem da revolução líbia (HAJJAR, 1980). A primeira significava que o país estaria livre da pobreza, do colonialismo e de forças militares estrangeiras; a segunda referia-se a unidade árabe e o socialismo, por sua vez, significava um socialismo árabe, islâmico, que respeitaria o alcorão (SIMONS, 1996). Assim, procurou-se de imediato transformar a Líbia em uma República independente, livre do que era percebido como diversas influências estrangeiras, cuja presença era permitida pela antiga monarquia Sanusi (HAJJAR, 1980).

Quando se considera que, sob o rei Idris, os líbios viviam basicamente em uma sociedade feudal, relativamente parecida com a Idade Média européia, percebe-se o caráter revolucionário da tomada de poder em 1969. A primeira fase da revolução líbia, apelidada de nasserista, envolveu a transformação do país dessa sociedade pré-capitalista em um sistema estatal, que envolvia um componente capitalista predominante. A segunda fase, por sua vez, foi marcada pela aplicação do “Estado das Massas”, em que Qaddafi procurou consagrar um conceito de sistema político e econômico coletivo, de forma que nenhuma parte da população fosse marginalizada (SIMONS, 1996).

Aplicando sua Terceira Teoria Universal<sup>4</sup>, Qaddafi guiava a Líbia pelo que ele chamava de “caminho do meio”, uma espécie de alternativa islâmica entre o comunismo soviético e o capitalismo ocidental (PARGETER, 2012). Em seu Livro Verde, o líder explica que o Terceiro Mundo deveria seguir um caminho distinto das duas opções apresentadas pelo cenário da Guerra Fria (BOYLE, 2013), pregando uma versão líbia do socialismo promotor do bem-estar (MAZRUI, 2010). Condenava, assim, tanto o capitalismo quanto o comunismo, considerando-os sistemas de monopólio de exploração (BRAHIMI, 2011), duas faces de uma mesma moeda: no capitalismo os exploradores seriam os empregadores capitalistas e no marxismo o explorador seria o próprio Estado, como único empregador (SIMONS, 1996). Desse modo, a Líbia tornava-se um Jamahiriya, ou “Estado das Massas”<sup>5</sup>, sistema no qual se combinava o socialismo, o islã e princípios de igualdade, e que se baseava em valores de igualitarismo tanto político quanto econômico, refutando os sistemas considerados democráticos pelas potências Ocidentais. A Terceira Teoria Universal representaria, nesse sentido, uma nova concepção de organização social, em contraste com a opção burocrática e elitista anterior, enfatizando a importância das massas na tomada de decisões e administração do país (SIMONS, 1996).

### **2.2.1 A economia do Estado das Massas**

Em termos econômicos, ao longo de seu governo Qaddafi prosseguiu uma política socioeconômica de mudança radical, que incluiu redistribuição de moradias e

---

<sup>4</sup> Vale notar, aqui, que Qaddafi fez questão de incentivar o debate como um mecanismo para aperfeiçoar a ideologia para a qual ele já estava comprometido. Para este fim, ele organizou vários seminários e encorajou os intelectuais e clérigos a visitá-lo para conversas (SIMONS, 1996).

<sup>5</sup> Um Estado em que o próprio povo torna-se a máquina de governar, administrando a si mesmo (AL-GADDAFI, 2012).

levou a estatização de todas as funções de importação, de exportação e de distribuição (JOHN, 2008). A questão da reforma agrária foi um dos primeiros tópicos que Qaddafi confrontou-se após a queda da monarquia. O Estado rapidamente assumiu terra não utilizada como um prelúdio para a redistribuição e medidas foram introduzidas para evitar que os chefes locais adquirissem mais terras, sendo impedidos de assumir pequenas propriedades e assim incentivar a migração de agricultores desapropriados para os centros urbanos. Então, consciente das dificuldades no campo, o regime de Qaddafi permitiu que os pequenos agricultores confiscassem terras italianas e Sanusis, além de dar empréstimos a juros baixos para comprar equipamentos e insumos (PRASHAD, 2012). Isto foi visto como um primeiro passo essencial para induzir os agricultores e pastores tradicionais a permanecerem na terra e continuar envolvidos na produção agrícola (SIMONS, 1996), parte da política de diversificação econômica.

Replicando as ideias nacionalistas no âmbito econômico, Qaddafi tomou também uma série de medidas para “purificar” o país da influência econômica, apreendendo mais de metade do capital dos bancos estrangeiros que operavam no país e nacionalizando as redes de distribuição de petróleo (PARGETER, 2012; HAJJAR, 1980). O Estado passou a gerenciar todas as funções macroeconômicas do país, ao mesmo tempo em que redistribuía riqueza através do Banco Central, colocando um teto sobre as contas bancárias e investindo quantias de dinheiro em programas sociais (PRASHAD, 2012).

Todos estes pontos sinalizavam o abandono dos padrões da monarquia, porém o sucesso na produção do petróleo fazia com que o incentivo de diversificação fosse muito baixo para os cidadãos e o governo (SIMONS, 1996). Por isso, manteve-se o foco econômico principal na extração do petróleo, de modo que, mesmo após discursos liberalizantes na década de 80, a Líbia continuava como um país de economia rentista, que confiava em divisas de renda gerados externamente, ao invés de extrair renda da produção doméstica. Prolongava-se, assim, um modelo enraizado em mecanismos distributivos criados na monarquia e concedidos pelo governo revolucionário, como um meio de atrair apoio ao regime (JOHN, 2008). A Líbia poderia ser considerada, assim, uma das sociedades de hidrocarbonetos, ao lado de Kuwait, Arabia Saudita e Emirados Árabes Unidos, nas quais os governos obtêm mais de 90% de suas receitas do petróleo, uma situação que faz com que estas economias sejam muito vulneráveis às variações de preço nos mercados internacionais (SIMONS, 1996).

### 2.2.2 A Nova Estrutura Política

Em termos políticos, Qaddafi defendia que “a democracia é a administração do povo pelo povo” (AL-GADDAFI, 2012, pg. 31). Assim, a ideia básica de seu texto é que, para que haja verdadeira democracia, as instituições do Estado devem ser abolidas (PARGETER, 2012), transformando o próprio povo na “máquina de governar” (AL-GADDAFI, 2012). A partir daí, a sociedade assumiria o controle de seus próprios problemas, tornando-se uma “sociedade sem Estado” (PARGETER, 2012). Nos termos de Qaddafi:

[...] a verdadeira democracia só se poder estabelecer pela participação do próprio povo e não através da atividade desses substitutos. As assembleias parlamentares excluem as massas do exercício do poder e, ao usurparem a soberania popular em seu proveito, tornam-se numa barreira legal entre o povo e poder (AL-GADDAFI, 2012, pg. 11).

Seria uma democracia direta, que somente poderia funcionar através do estabelecimento de um sistema de congressos populares e comitês das pessoas (PARGETER, 2012). Afirmando ter obtido o seu conceito de democracia a partir do Corão, o líder defendia que os assuntos deveriam ser decididos através da consulta entre os próprios cidadãos (SIMONS, 1996). Originando um sistema muito complexo, Qaddafi gerou uma hierarquia em que na parte inferior estavam os Congressos Populares de Base, que separava as pessoas em suas categorias profissionais, nos quais todos os cidadãos deveriam participar. Através da interação e expressão direta das massas, cada congresso popular de base escolheria uma comissão de trabalho que selecionaria seu próprio secretário e secretário adjunto, responsáveis pelos assuntos administrativos. O debate e o voto sobre políticas de interesse nacional e local se daria nesse nível e suas decisões seriam levadas às reuniões anuais do Congresso Geral do Povo, para dar forma final às decisões, que seriam passadas a um Comitê Popular Geral, para sua execução (HAJJAR, 1980). Qaddafi, afirma que “a partir de então, todos os serviços públicos passam a ser dirigidos por comitês populares responsáveis perante os congressos populares de base, os quais fixam a política a seguir e fiscalizam a execução” (AL-GADDAFI, 2012, pg. 31). Desse modo, todo e cada cidadão participaria do processo de governar, e a vontade geral do povo finalmente seria posta em prática (PARGETER, 2012).

Críticos ao sistema político líbio apontam diversas ambiguidades entre o discurso de Qaddafi e as medidas efetivas. Afirmam que o mesmo foi rapidamente caracterizado por um enorme abismo entre as estruturas de poder formais e informais, as segundas sendo formadas por pessoas próximas à Qaddafi. Defende-se que, na verdade, as estruturas administrativas formais apenas serviam como veículos para a execução das políticas que emergiam das informais (BRAHIMI, 2011). Martinez (2011) e John (2008) argumentam que, em teoria, Qaddafi forneceria apenas sugestões para a população, que ao fim e ao cabo selecionariam quais as políticas a serem implementadas, mas que, na realidade, o núcleo do sistema político era outro. O centro das decisões estava nos chamados Comitês Revolucionários, estabelecidos em 1977, cujos membros eram nomeados diretamente por Qaddafi. Estes comitês seriam, de acordo com o autor, um instrumento para mobilizar e controlar as massas, exercendo influência política em nome da liderança revolucionária (MARTINEZ 2011), passando a ter o controle da polícia, do exército, da política externa, do orçamento e do setor petrolífero (VANDEWALLE, 2006). Desse modo, a distribuição do poder na Líbia seria baseada na proximidade do líder Qaddafi (MARTINEZ, 2011).

Ao se efetuar uma análise mais a fundo, percebe-se que o sistema político idealizado por Qaddafi em muito tinha a ver com a democracia direta estabelecida no contrato social de Jean Jacques Rousseau. A crença de que o poder político pertence ao povo, que acabará por exercê-lo, é só uma das semelhanças entre os dois pensamentos. Qaddafi, assim como Rousseau, assumia que todos os governos existentes até então eram despóticos e privavam os indivíduos de liberdade individual, representando o monopólio de poder por uma camada sobre as outras. A igualdade entre os homens era arduamente defendida por ambos, de modo que a verdadeira democracia implicaria o direito de cada um governar a si mesmo. A vontade geral, assim, seria algo mais do que a mera soma das vontades individuais que compõem o corpo político coletivo. Seguindo as ideias de Rousseau a vontade soberana do povo deveria ser infalível, inalienável (só pode ser representada por si), indivisível e indestrutível. Todos estes atributos são explícitos na Terceira Teoria Universal de Qaddafi. Até mesmo a posição do líder dentro do sistema político líbio poderia ser explicada segundo a teoria de Rousseau, que defendia a posição de um “legislador”, que serviria como uma espécie de guia para que a vontade geral fosse adequadamente contemplada (HAJJAR, 1980).

Pougala (2011), utilizando-se deste paralelo entre as ideias de Qaddafi e Rousseau, defende ainda que, de acordo com as supostas condições democráticas



Ocidentais atuais, a Líbia seria muito mais democrática do que Estados Unidos, França e outras potências, por exemplo. Pontua, assim, preceitos democráticos que seriam cumpridos pelo país africano e não pelos países ocidentais. Defende, por exemplo, que antes do voto é necessário que toda a gente conheça a todo mundo, para que a votação seja de fato democrática. Nesse sentido, o Estado líbio, ao basear-se em um sistema de lealdades tribais, caracterizadas por grupo de pessoas juntas em pequenas unidades, possui um espírito muito mais democrático do que em um país grande, simplesmente porque as pessoas se conheceriam (POUGALA, 2011).

Apesar das discordâncias, em um ponto nenhum dos atores discorda, o de que Qaddafi, por mais de quatro décadas, demonstrou as habilidades políticas necessárias para permanecer no poder. Assim, apesar de sinais ocasionais de descontentamento público a grande maioria da população líbia deu, geralmente, suporte a Qaddafi (JOHN, 2008).

### **2.2.3 A Estrutura Tribal do País**

Ao tratar sobre o sistema criado pelo líder Qaddafi, é essencial abordar a questão do forte tribalismo presente na sociedade líbia, fator crucial inclusive para compreender parte dos protestos de 2011. Bandeira (2014) afirma que, durante a monarquia, o Estado sustentava-se sobre os chefes de tribos, que intermediavam as relações do rei com a população e redistribuíam a renda do petróleo. Diferentemente dos vizinhos Tunísia e Egito, a Líbia ainda não havia se consolidado como Estado-nação no momento do golpe militar, podendo ser considerado como uma espécie de Estado semi tribal, com o parentesco formando o fator primordial de união (BANDEIRA, 2014). A insistência de Qaddafi, em seu Livro Verde, no igualitarismo e falta de hierarquia, assim como a desconfiança das estruturas burocráticas inerentes aos Estados modernos, acabava perpetuar este ethos tribal.

O tribalismo mantinha-se importante, assim, e acabava por proporcionar a Qaddafi uma base de apoio surpreendentemente robusta. Nesse sentido, conforme consolidou o seu domínio pessoal sobre a Líbia, fez alianças com grupos cruciais como da Warfalla e Magadha, grandes tribos com base na Tripolitânia e Fezzan (BRAHIMI, 2011). Martinez (2011) defende que, apesar de os líderes do governo negarem o peso das tribos nas decisões do governo, elas são de fato uma força central na organização política da Líbia. Em suas palavras:

Todas as tribos que comprometeram lealdade à Al-Qadhafi estão representadas nas estruturas políticas estratégicas, e as tribos desempenham um papel essencial na manutenção da segurança e garantir a estabilidade do governo. A maioria das figuras de alto nível no estado vêm de duas grandes tribos, o Warfallas (tribo com a qual al-Qadhafi, o Qadhafda, têm laços de sangue) e Magadha (MARTINEZ, 2011, pg. 4).

No entanto, foi também por causa dessas políticas tribais que vastas áreas do país foram sistematicamente marginalizadas (BRAHIMI, 2011). Era a chamada geografia da oposição. Culturalmente as regiões do Leste da Líbia são conhecidas pela sua insularidade e pelo seu conservadorismo social, motivo pelo qual as ideias revolucionárias de Qaddafi foram de difícil aceitação. Na verdade, a tomada de poder das mãos da monarquia de origem Sanusi foi percebida como um ataque direto às regiões Orientais (BRAHIMI, 2011). Por isso, há, na região, uma história de antipatia e resistência a autoridade central que continua a ressoar até os dias de hoje de maneira muito forte no imaginário coletivo (PARGETER, 2012).

Tendo isso em vista, em uma tentativa de organizar o poder da comunidade reduzindo o peso tribal religioso (BANDEIRA, 2014), Qaddafi reprimiu forças regionais principalmente na região da Cirenaica (CHIVVIS & MARTINI, 2014). Tentou, então, reduzir a sua influência, visto que considerava que a obediência tribal retirava autoridade do governo central (BANDEIRA, 2014). Nas palavras do líder, “o tribalismo é nefasto ao nacionalismo na medida em que a obediência tribal enfraquece a lealdade nacional e floresce à sua custa” (AL-GADDAFI, 2012, pg. 89). Qaddafi moveu-se contra uma série de chefes tribais, especialmente na Cirenaica e em Fezzan, substituindo-os por uma classe modernizante mais jovem nas prefeituras e governos. Redesenhou as fronteiras administrativas, para que não seguissem as tribais, e fez o que estava ao seu alcance para quebrar o que restava da influência Sanusi sobre as partes orientais do país, fechando a Universidade ligada ao movimento na região (PARGETER, 2012).

Levando estes fatos em conta, não é de se estranhar que Benghazi, com a segunda maior população do país, tornou-se centro de atividade de oposição desde a década de 90, gerando também uma contínua ameaça islamita radical que fez estourar distúrbios no ano de 2006 no país (JOHN, 2008). Foi em torno das cidades do leste, como Benghazi, Derna, e Ajdabiya, que formou-se o núcleo da oposição islâmica ao regime de Qaddafi, inclusive durante a Primavera Árabe, em 2011. A formação do Grupo Combatente Islâmico Líbio, uma organização militar que surgiu para montar um desafio existencial para o regime, é exemplo disso. (BRAHIMI, 2011).

O fato é que, apesar das controvérsias, antes de Qaddafi o povo líbio vivia em situação de pobreza extrema, situação invertida quase que completamente após a legislação econômica e social implantada para garantir uma melhor distribuição de riqueza em 1969 (BOYLE, 2013; SIMONS, 1996). Como resultado direto da Revolução, o povo líbio adquiriu habitação subsidiada de excelente qualidade, além de educação e cuidados de saúde. O país manteve, também, um alto padrão de vida de seus cidadãos, comparável inclusive com a de muitos países europeus do Mediterrâneo (BOYLE, 2013). O índice de desenvolvimento humano do país, que mede educação, expectativa de vida, alfabetização e padrão de vida num geral, colocou a Líbia em 55o lugar, entre 170 países, sendo o maior índice do continente africano. Além disso, em seu governo a taxa de alfabetização foi dos 20% aos quase 90% até os anos 80 (PRASHAD, 2012; VISENTINI, 2012b). O salário mínimo foi mais do que duplicado, inúmeros projetos industriais e agrícolas foram implantados, foi feita a distribuição de títulos de propriedade da terra, nacionalização de bancos e de empresas ligadas ao petróleo, além da elevação dos preços do mesmo (SIMONS, 1996).

O enorme investimento do governo Qaddafi no bem-estar de seu povo fez com que ele se tornasse um líder muito popular. Entretanto, suas políticas nunca agradaram as potências desenvolvidas que, desde 1969, atacaram o país de diversas maneiras. Só as medidas de nacionalização dos bancos e do petróleo, tomadas logo nos primeiros anos de governo, já foram suficientes para fazer com que Qaddafi se tornasse uma pessoa odiada pelo Ocidente, que logo passou a considerar a Líbia uma “nação pária”. Somado à isso, seu nacionalismo árabe e suas políticas anti-imperialistas traziam à Líbia uma importância ímpar em relação aos seus vizinhos africanos, porém conturbava ainda mais suas relações com o Ocidente. É útil, neste contexto, analisar as relações exteriores da Líbia durante o período Qaddafi (SIMONS, 1996).

### 3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA LÍBIA

A política externa da Líbia sob liderança de Qaddafi foi consequência direta do legado de dominação colonial, da criação de Israel e da filosofia pan-arabista de Nasser, que em muito inspirava o líder líbio. Assim, o conceito de relações internacionais da Líbia era influenciado pela aspiração de desempenhar um papel de liderança tanto regionalmente quanto internacionalmente, disseminando a Terceira Teoria Universal. Qaddafi buscou, neste sentido, criar uma nação árabe unificada (ZEIDAN, 1987). Mesmo que a Líbia tenha abandonado essa ideia depois de 1997, o princípio da unidade se manteve, porém voltado para a África. O líder defendia, então, que a experiência colonial compartilhada ligaria os países africanos, o que se mantinha, já que a Europa e os Estados Unidos da América continuavam a explorar o continente. A unidade representaria, por tanto, reconhecimento da ameaça que a interferência das grandes potências representava para os objetivos de desenvolvimento do continente (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010).

Percebe-se, então, que Qaddafi estabeleceu uma política externa diferente da época da monarquia Sanusi, buscando livrar o país de interferências externas. Procurou, assim, dirigir o país por um caminho próprio e liderar a “luta dos fracos contra os fortes”, não se contentando em encaixar-se em um dos blocos da Guerra Fria (PARGETER, 2012). O líder acusava as nações poderosas de tirarem partido das diferenças raciais e étnicas dos países do Terceiro Mundo a fim de manter sua hegemonia, culpando o colonialismo e o sionismo pelas divisões existentes e pelo enfraquecimento do mundo muçulmano, por exemplo (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010; SIMONS, 1996; RONEN, 2008). Por esse motivo, incentivava, de todas as maneiras que conseguia, os movimentos tanto nacionais quanto internacionais de libertação nacional ou combate ao imperialismo (SIMONS, 1996).

Simons (1996) defende que o status da Líbia de nação Pária não tem a ver somente com o temperamento de Qaddafi, mas deriva de uma ideia de que os países menos poderosos não deveriam se atrever a desafiar a ordem internacional e que deveriam tolerar níveis de violência em defesa da ordem. Além disso, pode-se dizer também que a política externa da Líbia nunca foi tão errática e incoerente quanto defendido por diversos autores ocidentais. Era, em grande parte, consistente com os ideais proclamados na declaração da *Jamahiriyah* e no Livro Verde de Qaddafi (ZEIDAN, 1987). Intercalava entre a ideologia e o pragmatismo, tanto em suas relações

com o Ocidente quanto em suas relações com o continente africano e o mundo árabe. A renúncia dos programas de produção de armas de destruição em massa foram um exemplo marcante de pragmatismo, pois representaram a tentativa de melhora nas relações com o Ocidente após anos de sanções. A África e o Mundo Árabe, por sua vez, eram oportunidades de uma aliança construída através da ajuda mútua, que tinha como fim melhorar a posição regional da Líbia (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010).

Nas palavras de Ronen:

A disponibilidade de grandes reservas de petróleo deu ao chefe de Estado líbio uma grande vantagem na condução das relações internacionais do país. A confluência da abundância dos recursos econômicos e resultante poder militar com a própria personalidade carismática de Qaddafi, um líder político poderoso, e um fanatismo ideológico intransigente permitiram a Qaddafi desenvolver uma visão global para uma política externa ambiciosa marcada por uma virada de quase três décadas de belicosidade para a reconciliação diplomática no início do século XXI (RONEN, 2008, pg. 1, tradução própria).

### **3.1 Do enfrentamento à melhora nas relações com as Potências Ocidentais**

Como já dito, a política externa de Qaddafi buscou se livrar da interferência das grandes potências e fugir da disputa bipolar da Guerra Fria, forjando um caminho próprio e um discurso de luta dos fracos contra os fortes. Assim, as relações exteriores da Líbia seguiram os princípios ideológicos de seu líder, sendo eles o nacionalismo árabe, o islã e o anti-imperialismo (PARGETER, 2012). Por esse motivo, as relações da Líbia no período com o Ocidente foram tumultuadas desde o golpe militar. Qaddafi insistiu desde o início em quebrar a orientação pró-Ocidental da monarquia, tomando medidas como a evacuação das bases norte-americanas, as Wheelus Air Force Bases, logo no segundo mês de governo, que eram consideradas o maior símbolo do legado imperialista agressivo do Ocidente (RONEN, 2008).

Nesse sentido, promulgou também leis de nacionalização da indústria petrolífera que, inicialmente limitadas às redes de distribuição interna da Shell e da Esso, expandiu-se no verão de 1970. Até 1973, a Líbia havia nacionalizado 51% de todas as companhias de petróleo estrangeiras em seu território (RONEN, 2008; SIMONS, 1996). O petróleo passou a ser, nessa época, considerado arma política importante, a exemplo do embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos países que apoiaram Israel na Guerra do YomKippur, em 1973 (PARGETER, 2012).

Como Qaddafi acreditava que a maioria das nações da Europa Ocidental havia deixado de lado suas atitudes imperialistas em 1970, com exceção da Grã-Bretanha<sup>6</sup>, abriu-se um caminho para o aumento do comércio, tornando as relações políticas cordiais. A República Federal da Alemanha, por exemplo, foi um grande comprador das exportações de petróleo da Líbia. Os Estados Unidos, por outro lado, foram o principal alvo do boicote do petróleo que a Líbia e outros países árabes invocaram após a guerra árabe-israelense de outubro 1973 (ZEIDAN, 1987). Ronen (2008), afirma que

Tornando a questão de erradicar a presença dos EUA um item central na sua agenda revolucionária pública, Qaddafi provia à sociedade politicamente heterogênea da Líbia um novo interesse comum, fomentando ainda mais a já crescente sentimento de unidade ideológica nacional. Isso, por sua vez, ajudou o líder a reunir a fragmentada e fortemente tribalizada população em torno de sua liderança e amenizar as divisões que tradicionalmente prevaleciam entre as três geopoliticamente e socioeconomicamente distintas regiões da Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan (RONEN, 2008, pg. 11 - tradução própria).

Seguindo seus princípios anti-imperialistas, ainda, Qaddafi deu apoio a diversos grupos separatistas como em Angola, Moçambique e também na Irlanda do Norte (IRA) e na Espanha (grupo basco ETA) (PARGETER, 2012; SIMONS, 1996), dando asilo, suprindo de armamentos e treinando pessoas consideradas terroristas para os países Ocidentais. Na sua concepção, entretanto, eram pessoas que lutavam contra a opressão, exploração e o colonialismo (SIMONS & BENN, 2003). Qaddafi passou a ser acusado, por este motivo, de fomentar o terrorismo internacional (PARGETER, 2012).

Segundo Boyle (2013), no entanto, terrorismo é um conceito vazio e carente de qualquer significado jurídico ou político internacionalmente aceito. Este termo tem sido empregado por países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Israel para caracterizar atos de violência contra pessoas e recursos materiais, que são crimes comuns em guerras de libertação nacional. A percepção de Qaddafi acerca do terrorismo era extremamente diferente da dos Estados Unidos, pois embora ele condenasse ataques terroristas em geral, defendia aqueles ataques com o que ele considerava causas sagradas, a exemplo da luta dos palestinos (RONEN, 2008). Segundo Simons & Benn, ainda, Qaddafi não fazia nada diferente dos Estados Unidos, pois “ele assumia o direito, assim como Washington, de intervir em qualquer país em que ele julgasse possível avançar a sua causa” (SIMONS & BENN, 2003, pg. 125 - tradução própria). Assim, pode-se dizer que a luta Ocidental contra o terrorismo internacional, neste caso, fazia parte de uma

---

<sup>6</sup> As relações da Grã-Bretanha com a Líbia pós-revolucionária foram tensas desde o início por causa da relação política, econômica e militar que os britânicos haviam cultivado com o rei Idris (ZEIDAN, 1987).

campanha de desinformação e constituía de propaganda efetiva do governo estadunidense com o objetivo de manipular a opinião pública para que passasse a apoiar uma política externa agressiva como premissa (BOYLE, 2013).

Como ao acusar Qaddafi de apoio ao terrorismo o Ocidente parou de fornecer equipamentos militares à Líbia, o país passou a comprá-los da União Soviética. A presença soviética na líbia podia ser percebida, assim, mais como uma reação às políticas agressivas perseguidas pelos Estados Unidos do que com predileções pelo bloco comunista (BOYLE, 2013). Seguindo os valores de sua Terceira Teoria Universal, o líder líbio buscava, na verdade, liderar um caminho alternativo, livre tanto da influência capitalista quanto comunista (PARGETER, 2012). Porém o medo de que a Líbia entrasse de fato na órbita soviética só fez por aumentar o antagonismo do Ocidente em relação ao país (PARGETER, 2012, RONEN, 2008). Os estadunidenses temiam que a Líbia viesse a se tornar uma espécie de ponta de lança do expansionismo soviético tanto no Oriente Médio, quanto na África, o que aumentava ainda mais as tensões (RONEN, 2008).

Outro ponto importante de discordância foi em relação às políticas norte-americanas de apoio militar e econômico para Israel, as quais Qaddafi condenou vigorosamente (ZEIDAN, 1987). Se, por um lado, o líder líbio opunha-se radicalmente a qualquer solução política para o conflito árabe-israelense, Washington, por outro, buscava um acordo que evitasse por em risco tanto os vitais interesses estratégicos e de petróleo na região ou a ordem política e econômica internacional (RONEN, 2008).

Foi, no entanto, sob a presidência de Ronald Reagan (1981-1989) que as relações entre os dois países pioraram quase ao ponto de não retorno. Poucos meses após sua posse, Reagan decidiu fechar a Embaixada líbia em Washington e rompeu relações diplomáticas com o país (PARGETER, 2012; ZEIDAN, 1987). Mais a sério, após um desacordo sobre a soberania da baía do Golfo de Sirte, Reagan mostrou-se disposto a recorrer à força contra os países que desagradassem e, em agosto de 1981, derrubou dois aviões líbios na região (PARGETER, 2012). Sanções estadunidenses não tardaram a chegar e, em março de 1982, os Estados Unidos impuseram um embargo das importações de petróleo líbio e passaram a controlar as exportações para o país. Apesar de o embargo ter configurado um golpe duro à economia dependente da exportação de petróleo líbia, os importadores europeus prontamente passaram a preencher a nova lacuna. Como muitos países europeus dependiam fortemente do fornecimento de petróleo da Líbia, as sanções não foram tão efetivas quanto os estadunidenses

esperavam (PARGETER, 2012) e, por isso, em 1986, os Estados Unidos congelaram os ativos da Líbia em solo estadunidense e pararam de fornecer empréstimos para o país (PARGETER, 2012; ZEIDAN, 1987).

Apesar de as relações com as potências Ocidentais já estarem bastante comprometidas nesta época, a escalada dos desentendimentos teve dois pontos nevrálgicos. Primeiro, o atentado à “La Belle Discotheque”, em Berlim, em 1986, que resultou no bombardeio de Trípoli e Benghazi por parte dos Estados Unidos. O segundo ponto foi o atentado de Lockerbie, em 1988, cujo alvo foi um voo da Pan Am que saía de Londres com destino a Nova Iorque, com um total de 270 pessoas mortas. O fato de Qaddafi negar-se a entregar para julgamento os dois suspeitos pelo atentado fez com que as Nações Unidas, em 1992, impusessem sanções contra o país (VANDEWALLE, 2006).

O atentado à “La Belle Discotheque”, em Berlim Ocidental, se deu em 5 de abril de 1986. Esta era uma boate frequentada por soldados estadunidenses e Reagan acreditava que existiu relação direta entre o ataque e o governo de Qaddafi (SIMONS & BENN, 2003). Sua administração declarou, ainda, que tinha provas irrefutáveis de que o bombardeio havia sido ordenado em Trípoli (BOYLE, 2013; SIMONS & BENN, 2003). Foi, assim, neste atentado que Reagan encontrou a desculpa que precisava para atacar militarmente a Líbia (SIMONS & BENN, 2003). Ainda em abril do mesmo ano, foi levada à cabo a operação El Dorado Canyon, na qual aviões dos Estados Unidos bombardearam instalações chave na estrutura de poder do país, em Trípoli e Benghazi, incluindo residência de Qaddafi. Simultaneamente, foram atacadas instalações de sinal e de radar e lançadores de mísseis terra-ar (PARGETER, 2012).

Os Estados Unidos estavam preparados para intervir no Terceiro Mundo sempre que havia uma ameaça aos interesses americanos. A “síndrome do Vietnã” ainda vivia e a resposta de Reagan, em circunstâncias como essa, era de não admitir os limites do poder americano e muito menos de examinar a adequação ética ou legal das suas intervenções ao redor do mundo (SIMONS, 1996). Nas palavras de Simons

É importante, ao considerar a intervenção em curso dos EUA nos assuntos da Líbia, lembrar o contexto do envolvimento americano em todo o mundo nas últimas décadas. A questão da Líbia não é um evento isolado, mas parte de um quadro mais amplo em que um poderoso Estado hegemônico pronuncia-se o direito de definir o direito moral e do direito internacional em seus próprios interesses percebidos. Este é o contexto em que a política dos EUA sobre a Líbia vai se desdobrar, em circunstâncias em que as restrições à liberdade de



ação do mundo uma superpotência - após o colapso da União Soviética - foram maciçamente reduzidas (SIMONS, 1996, pg. 313-314 - tradução própria).

A principal estratégia norte-americana contra Muammar Qaddafi envolveu a propagação da desinformação. A Operação El Dorado Canyon só foi possível através da manipulação de evidências - já passado algum tempo do ataque, funcionários da administração Reagan admitiram que haviam mentido e que não havia prova de que Trípoli havia ordenado o atentado à boate em Berlim (BOYLE, 2013; SIMONS & BENN, 2003). Essa manipulação de evidências fez parte da campanha que buscava convencer a opinião pública, tanto europeia quanto norte-americana, a apoiar uma ação militar mais agressiva contra o líder líbio (BOYLE, 2013). Zeidan (1987) afirma ainda que os ataques aéreos decorrentes desta farsa foram certamente destinados a encorajar militares da Líbia a derrubar Qaddafi. No entanto, o efeito foi oposto: os ataques inflamaram o fervor nacionalista da população, que os condenaram, e acabaram por dar credibilidade à percepção de Qaddafi de que seu regime estava sendo perseguido pelos Estados Unidos, fortalecendo o líder líbio internamente (ZEIDAN, 1987; RONEN, 2008)

### **3.1.1 Lockerbie e as Sanções da ONU**

Dois anos após o ataque à La Belle Discotheque, em dezembro de 1988, Qaddafi foi acusado de explodir o voo 103 da Pan Am sobre a cidade escocesa de Lockerbie. O voo transportava 270 passageiros de Londres à Nova Iorque. Partindo dessas acusações, os estadunidenses e os britânicos solicitaram que os dois cidadãos líbios apontados como os perpetradores do atentado fossem extraditados e julgados perante o tribunal britânico (BOYLE, 2013). Qaddafi tinha outra versão para o atentado, defendendo que o mau tempo sobre a área fez com que a aeronave tentasse pousar muito próximo à um depósito de combustível em Lockerbie, incendiando-o e causando explosões à aeronave (RONEN, 2008). Além disso, percebendo a demanda de extradição como uma afronta à soberania líbia, defendia que os dois países estavam tirando proveito da situação para tentar depô-lo, visto que o direito processual da Líbia impedia a extração dos líbios. Na visão de Qaddafi, ainda, a extradição dos dois suspeitos seria um sinal de fraqueza para potenciais adversários da Líbia, além de que círculos radicais árabes líbios e outros poderiam considerá-la uma submissão humilhante ao imperialismo Ocidental (RONEN, 2002).

No mesmo ano do atentado, os Estados Unidos afirmaram pela primeira vez que a Líbia estava produzindo armas químicas de destruição em massa (SIMONS & BENN, 2003). De acordo com o relatório da CIA, Qaddafi havia pedido que os árabes desenvolvessem uma força de dissuasão, que incluiria bombas nucleares, a fim de derrotar os estadunidenses. Logo no início de 1990, surgiram relatos também de que a Líbia estaria planejando construir uma segunda fábrica em Trípoli. O líder líbio, apesar de reiterar o “direito e dever” da Líbia e de todos os países de adquirir armas deste tipo, sempre negou as acusações, defendendo que as fábricas que a CIA apontava eram de medicamento (RONEN, 2008). A verdade é que os persistentes relatórios de imprensa que indicavam que a Líbia queria comprar uma arma nuclear ou componentes para tal dispositivo nunca foram confirmados (ZEIDAN, 1987). Apesar disso, as acusações norte-americanas se mantiveram e o entendimento na questão de Lockerbie parecia cada vez mais distante.

Buscando um consenso, Qaddafi solicitou que os dois suspeitos fossem a julgamento na Escócia, um país percebido como colonizados pelos ingleses e, portanto, oprimido. Inglaterra e Estados Unidos rejeitaram a alternativa. Assim, em 31 de março de 1992, os ingleses e estadunidenses conseguiram aprovar no Conselho de Segurança da ONU a resolução 748, que, caso os suspeitos não fossem entregues, proibia viagens aéreas e venda de armas à Líbia, além de reduzir a representação diplomática do país em todo o mundo. Nestas sanções, no entanto, não constava nenhum bloqueio sobre o petróleo, nem o congelamento dos ativos financeiros líbios no Ocidente (RONEN, 2008).

Após este primeiro bloco de sanções das Nações Unidas, a Líbia ainda fez diversas tentativas de opções para julgamento, pois buscava um tribunal justo e neutro. Entretanto, não conseguiu alcançar consenso com Estados Unidos e Grã Bretanha. Assim, no ano de 1993, o Conselho de Segurança passou outra Resolução (883), que reforçou as sanções anteriores, congelando os seus ativos no exterior e proibindo a venda de equipamentos de petróleo para o país (RONEN, 2008). Esta última resolução representou um golpe ainda mais duro à Líbia, pois endureceu a decisão de acabar com ligações aéreas comerciais e afetou ainda mais o setor petrolífero líbio (RONEN, 2002).

É importante notar que a eficácia destas sanções tem relação direta com o grau de aceitação internacional, de modo que exigem uma combinação de pressão e persuasão aplicada praticamente a todos os países do mundo (RONEN, 2002). Ao perceber este jogo político, no ano de 1995, a postura líbia passou de defensiva para

ofensiva. Pela primeira vez as sanções da ONU foram desobedecidas: voos líbios começaram a voar para Meca, na Arábia Saudita. Com apoio maciço de países majoritariamente africanos, estas viagens foram defendidas como peregrinação religiosa e, para não criar um clima de “cruzada dos cristãos contra os muçulmanos”, os Estados Unidos tiveram que aceitá-las. Este desafio às potências Ocidentais foi uma vitória política importante para a Líbia e reforçou a autoconfiança e o prestígio de Qaddafi, que passou a ser considerado um tutor dedicado do Islã, pois foi o líder árabe-muçulmano que pôde levantar-se contra um Ocidente imperialista (RONEN, 2008).

### **3.1.2 O fim da disputa de Lockerbie e o levantamento das sanções**

O desaparecimento da União Soviética deixou o mundo sob forte domínio dos Estados Unidos. A segunda metade dos anos 90 foi, assim, marcada por dois acontecimentos de vital importância para a situação internacional da Líbia. Por um lado, George W. Bush mudou a atenção da política externa estadunidense da região do Golfo para a preservação de seus interesses vitais no Oriente Médio. Nesse sentido, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, foi considerada mensagem para países como a Líbia, o Irã e a Síria, que ameaçavam seus interesses na região (BANDEIRA, 2014; RONEN, 2008). Gorbachev, por sua vez, passou a ignorar os compromissos assumidos pela antiga União Soviética na Guerra Fria quanto aos Estados árabes, mudando o foco de sua política externa (RONEN, 2008). Além disso, a essa altura a disputa de Lockerbie dominava a política externa da Líbia, tendo também um impacto considerável nas relações internas do país e “afetando a capacidade de Qaddafi manter o controle do poder” (RONEN, 2008, pg. 3). As sanções criavam problemas socioeconômicos internos, pois geraram uma queda acumulada nas receitas de petróleo: de acordo com Ronen (2002), em 2000 a Líbia havia perdido entre quase 33 bilhões de dólares. O crescimento da ameaça radical islamita dentro da Líbia, por sua vez, só fazia por agravar este quadro (RONEN, 2008).

Em 1998, o Tribunal Internacional de Justiça decidiu que a Líbia poderia solicitar que o julgamento dos suspeitos de Lockerbie fosse realizado em um país Terceiro (RONEN, 2002). Em 5 de abril de 1999 os dois suspeitos foram entregues para julgamento na Holanda (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010) e, tal como garantido, o Conselho de Segurança suspendeu imediatamente as sanções impostas pelas Nações Unidas. Os Estados Unidos, entretanto, não levantaram de imediato suas sanções individuais. Os

estadunidenses solicitaram, além da entrega dos suspeitos e do pagamento de compensação às vítimas, a renúncia às armas de destruição em massa e o fim do apoio ao terrorismo por parte da Líbia (RONEN, 2008).

Qaddafi, buscando melhorar as relações com os Estados Unidos, não só reconheceu a responsabilidade pelo atentado de Lockerbie, entregando os suspeitos e fazendo compensações às famílias das vítimas dos atentados (BANDEIRA, 2014), mas, após os atentados de 11 de setembro de 2001, tornou-se também um recruta entusiasmado da “guerra ao terror”<sup>7</sup>, realizando sessões de compartilhamento de informações longas com as inteligências estadunidense e britânica (JOHN, 2008). Os Estados Unidos, por sua vez, retribuíram a ajuda líbia adicionando à sua lista de grupos terroristas facções de oposição que ameaçavam Qaddafi (RONEN, 2008). Entretanto, o levantamento das sanções bilaterais pelos Estados Unidos, em 2004, só se deu depois que Qaddafi declarou, em Dezembro de 2003, que abandonaria os programas de armas de destruição em massa, encorajando outros países a fazerem o mesmo (VANDEWALLE, 2006; BANDEIRA, 2014). O levantamento das sanções foi seguido pela remoção da Líbia da lista estadunidense de terrorismo, em 2005, e pela reativação total das relações diplomáticas entre os países, em 2008 (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010).

Em suas relações com a Europa, por sua vez, Qaddafi passou a reafirmar o seu desejo de desempenhar um papel intermediário entre o continente e a África (MARTINEZ, 2011). Tendo conhecimento da importância dos negócios com o continente europeu, que na década de 1990 atraiu 85% das exportações líbias – mesmo com as sanções das Nações Unidas-, o líder moveu-se rapidamente para expandir suas relações. Os países europeus, que possuíam interesse direto tanto em exportar para o mercado líbio, quanto na questão energética que envolvia o país, não tardaram a normalizar as relações com o país (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010). Nesse sentido, foi feita a liberalização do setor petrolífero, dando garantias à Europa pelo seu fornecimento de energia, como uma nova estratégia econômica nacional para incentivar o investimento estrangeiro e o crescimento líbio (MARTINEZ, 2011). Outro aspecto importante no reatamento das relações foi a questão da imigração, considerada securitária pelos europeus, que buscavam reduzir o fluxo de imigrantes africanos ilegais que utilizavam o país líbio como uma ponte para a Europa (JOHN, 2008; JOFFÉ &

---

<sup>7</sup>Vale notar que, segundo JOHN (2008), essa cooperação foi motivada em grande parte pelo fato de que as organizações islâmicas também terem ameaçado o regime de Qaddafi, à exemplo do Grupo de Combate Islâmico da Líbia.

PAOLETTI, 2010). Pode-se dizer, assim, que através destas medidas abriu-se o caminho para a normalização das relações líbias com o Ocidente no século XXI.

### **3.2 Relações com a Liga Árabe: da euforia à decepção**

A primeira arena em que Qaddafi buscou se projetar foi o mundo árabe. O nacionalismo árabe não só foi o cerne do discurso revolucionário do líder, mas também foi o meio pelo qual ele havia chegado ao poder e reforçava a sua legitimidade popular (PARGETER, 2012). O líder líbio foi, desde o início de seu governo, um dos principais proponentes da unidade árabe, idealizando uma união que se estenderia do Oceano Atlântico ao Golfo Pérsico. Acreditava, assim, que os países árabes se complementariam em termos de recursos, pois alguns dispunham de petróleo, outros de minerais, de mão-de-obra e espaço para a expansão da população, além de considerar a união um passo importante para o fortalecimento na luta contra Israel. Ao fim e ao cabo, Qaddafi queria constituir não um Estado unitário, mas uma federação forte, semelhante aos Estados Unidos ou a União Soviética (ZEIDAN, 1987).

Para Qaddafi parecia perfeitamente óbvio que, depois da morte de Nasser, em 1970, seria ele quem lideraria a luta árabe. Defendia, assim, que a Líbia teria na unificação da nação árabe o mesmo papel que a Prússia teve na unificação da Alemanha (PARGETER, 2012). Por isso, desde 1969, nas sete tentativas de unidade ocorridas, apenas uma não foi iniciada pela Líbia. Menos de quatro meses após a sua posse, o líder líbio se juntou com Egito e Sudão na assinatura da Carta de Trípoli, em dezembro de 1969, que apelou para a formação de uma “federação flexível” entre os países (ZEIDAN, 1969). Logo a tentativa foi frustrada pela falta de entusiasmo do Egito, bem como pela incapacidade do Sudão a aceitar as restrições nacionais relativas que a união trazia (RONEN, 2008).

Devido à forte influência de Nasser, o centro da visão árabe de Qaddafi foi sempre o Egito. Logo em 1972, entrou em existência a Federação das Repúblicas Árabes, composto por Egito, Síria e Líbia (ZEIDAN, 1987). Porém as relações com o Egito deterioraram-se com o tempo. Com a morte de Nasser, assumiu Sadat, que divergia de Qaddafi em personalidade, ideologia e orientações políticas tanto regionais quanto internacionais (RONEN, 2008). O novo empresariado egípcio, ainda, tinha a sua lealdade dirigida ao capitalismo internacional, não se baseando nos ideais pan-arabistas ou nacionalistas. Assim, a possibilidade de uma restauração das políticas nasserista

tornou-se cada vez mais remota e o abismo entre Egito e Líbia aumentou. Sadat, ao mesmo tempo em que tinha uma política mais pacifista em relação a Israel, desenvolveu relações também com o regime pró-ocidental da Arábia Saudita. O mundo árabe, assim, apesar de mover-se em direção a uma nação unificada, foi consolidando regionalismos que tornavam o sonho de Qaddafi cada vez mais distante (SIMONS, 1996; RONEN, 2008).

Com a deterioração das relações com o Egito, a Líbia assumiu um papel de liderança em inspirar os países árabes que rejeitavam a política de paz do regime de Sadat (RONEN, 2008). Por isso, as tentativas de união não se basearam apenas nas relações líbio-egípcias. Em 1974, Líbia e Tunísia assinaram o Acordo de Jerba, a partir do qual os dois países formariam uma união política e econômica, com diversas decisões sobre o comércio, direitos aduaneiros, investimento, regulamentos para trabalhadores migrantes, segurança social e a criação de uma empresa de transporte comum. A incerteza tunisina sobre as medidas do acordo e a demora na sua efetivação fez com que Qaddafi se decepcionasse e expulsasse tunisinos e seus diplomatas do território líbio, apesar de manter as relações diplomáticas (SIMONS, 1996). Em 1977, ainda, o líder líbio formou, junto à Argélia, Síria, Iêmen do Sul e a Organização para a Libertação Palestina, a frente pan-árabe de firmeza e resistência (RONEN, 2008).

Ainda na década de 80 a Líbia não tinha logrado cimentar nenhuma das suas tentativas de união. Qaddafi tinha conseguido manter um nível de amizade com os Estados islâmicos do Marrocos, Síria, Irã e Iêmen do Sul, mas mesmo com esses países simpáticos às suas causas, diferenças significativas emergiram ao longo do tempo. As tentativas, no entanto, prosseguiram. Em Setembro de 1980, a Líbia e a Síria proclamaram a unidade dos dois países. Apesar desta declaração, nenhum dos dois países nunca esteve disposto a abdicar da sua soberania (ZEIDAN, 1987). Em agosto de 1981, a Líbia formou junto à Etiópia e ao Iêmen uma aliança tripartite. Porém, não representava mais do que um acordo de papel, pois não houve nenhuma tentativa real de fusão política ou militar dos Estados.

Em 1984, a Qaddafi se voltou para o Marrocos, com o qual conseguiu assinar o Tratado de Oujda, formalizando uma Federação Árabe-Africana e declarando intenções da implementação futura de uma união entre os países (SIMONS, 1996; RONEN, 2008). Este Tratado, apesar de não resultar em uma união de fato, trouxe ganhos tangíveis para a Líbia. O Marrocos mediou com sucesso o conflito entre Líbia e França na guerra do Chade, que sobrecarregou recursos políticos e militares da líbios e levou a

uma confrontação simultânea com os Estados Unidos, França, Egito e Sudão. Entretanto, uma visita israelense ao Marrocos em 1986, considerada por Qaddafi como traição, fez com que as relações se deteriorassem significativamente (RONEN, 2008).

A formação da União do Magrebe Árabe (UMA)<sup>8</sup>, em fevereiro de 1989, marcou um avanço significativo nas pretensões pan-arabistas de Qaddafi. Não só a UMA satisfazia a meta da construção de um grande Magrebe Árabe, representando o cumprimento parcial da unidade árabe total, como também significou um instrumento legítimo pelo qual o líder líbio poderia influenciar a política da região, promovendo a Líbia. Além disso, o bloco não exigia compromissos por parte da Líbia em relação a seus interesses essenciais. Como todas as suas tentativas de união e apesar da grande euforia quando da sua criação, a AMU se mostrou ineficaz e paralisada pelos interesses individuais de cada Estado. As posições divergentes de seus membros quanto à Guerra do Golfo, somadas com a turbulência política que estourou na Argélia levou Qaddafi a desfazer seus laços com a AMU e outros estados da região (RONEN, 2008).

### **3.2.1 A Frustração e o Distanciamento nas Relações**

Apesar de seus colegas líderes árabes admirarem o conceito de pan-arabismo e se utilizarem dele como um grito de guerra útil para reforçar suas posições internas, eles não estavam dispostos a ceder sua soberania e unir de fato os seus sistemas políticos (PARGETER, 2012). O Egito, que foi por um tempo exemplo para o líder líbio, possuía ambições diferentes e tinha muito mais interesse na cooperação do que na integração propriamente dita. Ademais, Qaddafi rejeitava a política de paz de Sadat, considerando sua posição como traição contra a nação árabe (RONEN, 2008). Os sírios, por sua vez, estavam preocupados com a reivindicação de independência política dentro da nova federação, pois temiam que a organização fosse dominada pelos egípcios (SIMONS, 1996). Ainda, as monarquias do petróleo não eram simpáticas às ideias revolucionárias de Qaddafi. Boyle defende que estes regimes ainda se baseavam em princípios feudais e que “se as ideias fossem abraçadas por suas populações, isso levaria aos seus depoimentos” (BOYLE, 2013, pg. 87).

Para completar, alguns países da Liga Árabe que também faziam parte do Conselho de Cooperação do Golfo, como Qatar e os Emirados Árabes Unidos (EAU), divergiam em relação a valores tanto ideológicos quanto políticos de Qaddafi, a

---

<sup>8</sup> Formada por: Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos e Mauritânia.

exemplo da diferença de posições quanto às relações com o Ocidente (CAMPBELL, 2014). O fato é que muitos dos líderes árabes viam com desconfiança o esforço feito por Qaddafi de espalhar sua Terceira Teoria Universal o mais amplamente possível, temendo perder o seu poder político (SIMONS, 1996). Nas palavras de Simons (1996):

Qaddafi tem lutado por mais de duas décadas para construir a unidade árabe. Dificultada em parte por seu próprio temperamento mercurial, mas mais pelas disputas entre facções e interesses concorrentes na região, ele fez pouco progresso. O próprio Islã, como qualquer fé mundo ou ideologia, é um sistema multifacetado e em evolução; ela não tem a dinâmica monolítica, que pode ser usada para unir pela primeira vez o árabe e, em seguida, todo o mundo islâmico (SIMONS, 1996, pg. 279 - tradução própria).

Assim, relações com os países árabes passaram por um progressivo afastamento desde o fim da década de 80 (CHIVVIS & MARTINI, 2014). Mas as relações com os países árabes começaram a se deteriorar de fato a partir do bombardeio norte-americano de 1986, com uma virada significativa nas relações exteriores da Líbia. O bombardeio escancarou a falta de apoio vindo tanto da União Soviética, que nada fez, quanto do mundo árabe (RONEN, 2008). Embora tenham ocorrido manifestações populares contra os ataques em diversas capitais árabes e, apesar de discursos de condenação por parte de alguns líderes, em nenhum momento houve qualquer resposta unificada ou iniciativa de medidas práticas a serem tomadas contra o Ocidente (PARGETER, 2012).

Somado à isso, a letargia destes governos quanto ao conflito árabe-israelense, que pouco se moviam à favor da Palestina, fazia crescer cada vez mais o ressentimento do líder quanto aos seus companheiros árabes (CHIVVIS & MARTINI, 2014; PARGETER, 2012; JOFFÉ & PAOLETTI, 2010). Se existiu uma causa nacionalista árabe à qual Qaddafi manteve-se fiel ao longo de todo o tempo foi a dos Palestinos. A antipatia de Qaddafi em relação ao imperialismo deriva não só do esforço líbio contra os italianos, mas também da criação de Israel por parte dos Estados Unidos e das Potências Europeias (ZEIDAN, 1987). Por isso, Qaddafi rejeitou o que acreditava ser uma entrega da causa por parte dos países árabes, especialmente na busca por uma solução pacífica do conflito (PARGETER, 2012). Qaddafi rejeitou os acordos de Camp David, assinados pelo Egito após a Guerra do Yom Kippur, em 1973, considerando-os vergonhosos e humilhantes. Na visão do líder líbio, qualquer tratado de paz seria uma violação do Tratado da Conferência de Cartum, em 1967, que definiu que não haveria nenhuma negociação, nenhuma paz e que o reconhecimento de Israel jamais ocorreria (RONEN, 2008).



A permissividade perante as intervenções ocidentais na região e a quase indiferença quanto às sanções internacionais à Líbia, em 1992 (CHIVVIS & MARTINI, 2014), também constituíam importantes causas desse distanciamento. A guerra do Chade representou mais uma discordância da Líbia em relação a diversos países árabes, pois tanto o Sudão quanto o Egito, aliados dos Estados Unidos, consideraram a intervenção da Líbia no Chade como intervenção soviética no continente para expandir a sua influência na zona árabe-africana. Qaddafi considerava sua participação na guerra como luta contra a interferência externa no continente, porém seus vizinhos árabes não pensavam o mesmo (RONEN, 2008).

O conflito de Lockerbie e suas sanções decorrentes representaram o maior choque nas relações da Líbia com os Estados árabes. Qaddafi se sentia traído por seus irmãos, visto que todos os Estados árabes passaram a cumprir as sanções impostas pelas nações Unidas em 1992 (RONEN, 2008; JOFFÉ & PAOLETTI, 2010). A partir deste momento, o líder líbio anunciou que o ideal de unidade árabe seria substituído pela unidade do continente africano, cujos países foram os únicos a apoiá-lo (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010). Vale notar que, neste primeiro período de isolamento, o único Estado que recebeu Qaddafi foi o Egito, já governado por Mubarak. A visita posterior do líder egípcio foi um gesto politicamente muito valioso, pois o Egito tinha boas relações com os Estados Unidos e era fundamental para fazer a ponte na disputa de Lockerbie (RONEN, 2008).

Qaddafi canalizou toda a sua frustração em relação ao mundo árabe para a impotência da Liga Árabe. Por diversas vezes ameaçou retirar-se da Liga, afirmando que assim permitiria que os árabes pudessem acolher o seu irmão Israel. A partir destas ameaças, o líder líbio esperava reunir os líderes árabes sob a liderança de Mubarak, visto que o Egito seria o mais prejudicado com a saída da Líbia, para tomarem medidas que aliviassem ou terminassem com o boicote. Entretanto, esse movimento nunca aconteceu. Trípoli também condenou a AMU, que teria fracassado em seu objetivo de alcançar a verdadeira união contra os Estados Ocidentais colonialistas, ou seja, em influenciar as potências a levantar as sanções da ONU (RONEN, 2008).

Nos anos 2000, com as suas expectativas em relação aos países árabes completamente frustradas, Qaddafi optou por virar o foco da sua política externa para a África. Esta mudança de foco fazia parte de esforços de Trípoli na busca pela promoção da sua respeitabilidade e atratividade econômica para a comunidade internacional. Sua diplomacia bem-sucedida no continente africano e o sucesso na promoção dos ideais

anti-imperialistas ressaltaram ainda mais o fracasso dos outros países árabes quanto à sua causa (RONEN, 2008). Além disso, de acordo com Campbell (2014), Qaddafi afirmou que nenhum grande líder árabe interveio de forma tão incisiva para defender e tirar a Líbia do ostracismo diplomático quanto Mandela e os líderes africanos, motivo pelo qual empreendeu uma virada para o continente.

Assim, durante os seus 42 anos no poder, Qaddafi passou de um extremo em sua política árabe a outro: a partir da auto assumida e ardente tutela do pan-arabismo de Nasser até uma posição de distanciamento, às vezes inclusive antagonismo, em relação aos seus vizinhos árabes. Seus repetidos discursos ameaçando retirar-se da Liga Árabe - o símbolo da solidariedade árabe -, apesar de nunca de fato concretizados, indicaram claramente o distanciamento da Líbia perante estes países. Estes sinais refletiram também mudanças mais amplas nas relações nacionais e estrangeiras da Líbia, inclusive com os Estados Unidos e Grã-Bretanha. Mudanças essas que, ao reabilitarem a posição internacional de Líbia, abriram espaço para que o país tivesse recursos para nunca esquecer ou perdoar a traição dos países à causa árabe (RONEN, 2008).

### **3.3 A virada para a África e o movimento pan-africano**

A política externa de Qaddafi para a África pode ser dividida em dois períodos principais. O primeiro, até 1980, foi marcado por belicosidade e culminou com intervenções militares que falharam em Uganda e no Chade. Neste primeiro período, o líder líbio era visto por muitos países na África com receio. O segundo período, por sua vez, iniciou-se na década de 1990 até a queda do líder e foi marcada pelo aumento significativo dos esforços diplomáticos que tornou a África o foco da política externa já no início do século XXI. Ao longo dos anos, Qaddafi mostrou ser para o continente uma liderança pragmática, responsável e indispensável para os processos de integração africanos (RONEN, 2008).

#### **3.3.1 A Guerra do Chade**

Como dito anteriormente, a primeira fase da política externa de Qaddafi para a África foi marcada por beligerância. Conflitos tanto na Uganda quanto no Chade distanciaram cada vez mais os países africanos de uma boa relação com a Líbia. Em relação ao primeiro conflito, o líder Líbio buscou ajudar o regime aliado de Idi Amin a

resistir à aquisição pela Tanzânia e às tropas de oposição internas. Rapidamente, no entanto, o regime desmoronou e a Líbia teve de retirar as suas forças do país. Imediatamente depois desta derrota, o Chade voltou a ser atrativo para a Líbia, um país que precisava reabilitar o prestígio do regime e a moral de seu exército para lidar com as crescentes tensões tanto internas quanto nas relações com Egito, Sudão e Estados Unidos (RONEN, 2008). Por ter tido maior efeito sobre as relações da Líbia no período, a Guerra do Chade merece uma atenção um pouco maior.

A Líbia possuía um interesse histórico no Chade, país pobre do deserto ao sul de Fezzan. Durante séculos nômades viajaram entre os dois países com pouca consideração pelas linhas desenhadas em um mapa, tornando as suas fronteiras cada vez mais porosas (SIMONS, 1996). Assim, diversas atividades comerciais e de cunho religioso basearam-se no norte do Chade durante o período Sanusi. Essas atividades foram o principal argumento para a reivindicação histórica de soberania da Líbia sobre a Faixa de Aouzou, uma área de cerca de 144.000 km quadrados ao norte do Chade (RONEN, 2008). O território foi efetivamente dado à Líbia, sob os termos de um tratado franco-italiano assinado em 1935, mas ratificado após a Segunda Guerra Mundial, período em que a França fracassou em tentar integrar a zona dentro do Chade (SIMONS, 1996; RONEN, 2008). Ao assumir o governo da Líbia, Qaddafi moveu-se rapidamente para restaurar a soberania da Líbia na região, defendendo a efetivação do Tratado de Roma de 1935 (SIMONS, 1996). Qaddafi considerou o Chade um ativo de vital importância estratégica, uma plataforma para criar uma esfera de influência líbia, de maneira que livrá-lo da interferência francesa também figurava como um ponto importante na política do líder (RONEN, 2008; ZEIDAN, 1987)

A Guerra civil do Chade entrou em erupção em meados dos anos 1960, a partir da recusa dos muçulmanos do norte em aceitar uma mudança de poder ditada pelos franceses, na qual quem governaria seriam sulistas não muçulmanos de origem étnica do Saara. O envolvimento da Líbia no conflito, entretanto, remonta o início dos anos 1970, na qual Qaddafi começou a apoiar rebeldes antigoverno da chamada Frente de Libertação Nacional do Chade (FROLINAT). Todos os ideais da FROLINAT eram consistentes com os princípios de Qaddafi e com sua agenda política. Eram influenciados por ideias socialistas, antiocidentais, percebendo o governo de Tombalbaye como um regime ditatorial, que, ao aliar-se à França, não representava a independência do Chade e nem a sua população muçulmana, perpetuando o colonialismo francês (RONEN, 2008).

A intervenção da Líbia em 1973 resultou no controle de fato sobre a parte norte do país. Dois anos depois, Tombalbaye sofreu um golpe militar e foi assassinado. O novo regime de Malloum, entretanto, prosseguiu com a guerra civil. Em 1979 a guerra continuava e foi a vez de Goukouni Ouaddei dar o golpe que faria com que Malloum caísse. Ouaddei, como presidente provisório, solicitou auxílio da Líbia para lutar contra Habré, que agora era o líder da oposição apoiada pela França. Um pedido de ajuda era a legitimidade que a Qaddafi necessitava para interferir de fato no país. A aliança entre os dois governantes resultou na fuga de Habré e, a partir daí, Líbia e Chade começaram a cogitar a fusão dos dois países (SIMONS, 1996). O anúncio conjunto desta união causou alarme imediato não só na oposição francesa de Habré, mas na região árabe como um todo e também na África, com a Organização da Unidade Africana (OUA) condenando tanto a intervenção militar quanto a unificação, pedindo a retirada das tropas líbias do Chade. Nesse sentido, Qaddafi foi o primeiro líder africano na história da OUA a ter a *chairmanship* negada, em 1982, o que indicava o quão baixo foi seu estatuto na política africana durante este período. Este boicote só terminou quando a Líbia retirou suas tropas do país (RONEN, 2008).

Em 1984, quando Habré já havia retornado ao país e reiniciado a luta contra o norte, as tropas francesas elaboraram a sua própria “linha vermelha” através do Chade, efetivamente dividindo o país (SIMONS, 1996). A partir daí iniciou-se uma sucessão de derrotas líbias, que culminaram com o cessar-fogo de 11 de setembro de 1987, organizado pela OUA (RONEN, 2008). A questão da faixa de Aouzou, por sua vez, foi resolvida apenas em 1994, quando o Tribunal Internacional de Justiça decidiu em favor do Chade (PARGETER, 2012).

Qaddafi tinha perdido, de acordo com estimativas estadunidenses, um décimo de seu exército e cerca de 1,5 bilhões de dólares em equipamentos destruídos ou capturados (SIMONS, 1996). Somado à isso, a arena de guerra tinha tornado-se ponto de aliança internacional anti-líbia e o aumentava a instabilidade socioeconômica e política doméstica, de modo que poderia custar a Qaddafi até mesmo o seu regime. Sua situação internacional desfavorável, tanto nas relações com o Ocidente, tanto nas relações com Estados árabes e africanos também desempenharam um papel considerável no fim da guerra. Assim, em maio de 1988, Qaddafi anunciou o reconhecimento oficial do governo de Habré, apresentando o movimento como um presente para o continente africano (RONEN, 2008).

### 3.3.2 África para os Africanos

Frustrado por seus colegas árabes, Qaddafi esperava ter mais sucesso na África subsaariana, uma parte do continente que ele via como terreno fértil para a projeção de poder líbio e como local de possível implementação de novos projetos econômicos e políticos no âmbito regional (VANDEWALLE, 2006; PARGETER, 2012). Na era pós-guerra Fria, a África viu sua importância estratégica internacional reduzida. Qaddafi identificou a necessidade de apoio internacional, que ia de encontro com os objetivos da Líbia na época. Além disso, desenvolvimentos políticos positivos durante o ano de 1990 aumentou o prestígio da Líbia no continente, a exemplo da retirada final das forças líbias do Chade e da restauração das relações diplomáticas da Líbia com a África do Sul após o colapso do apartheid (RONEN, 2008).

A África foi, assim, um terreno no qual Qaddafi conseguiu promover os seus princípios islâmicos e anti-imperialistas, além de isolar Israel diplomaticamente. Nesse sentido, apoiou uma série de movimentos de libertação nacional africanos que lutavam contra regimes coloniais, como o ZANU (Zimbabwe African National Union), o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela e uma gama de movimentos em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (PARGETER, 2012; ZEIDAN, 1987). Além disso, ao fornecer ajuda econômica significativa para alguns países africanos, como o Chade, Trípoli revelou a sua determinação em utilizar o continente como alavanca contra o Ocidente, apesar de suas dificuldades econômicas. (RONEN, 2008) Quanto às relações dos países africanos com Israel, em 1973 o líder líbio já tinha conseguido convencer 30 líderes a romper as relações com o Estado judeu<sup>9</sup>, revertendo o sucesso antigamente sólido da sua posição diplomática na África. A África tornou-se, assim, um espaço no qual o coronel sentia-se apreciado, sendo levado a sério tanto pelos líderes quanto pelos povos, não só pela quantidade de dinheiro que investiu no continente, mas também pela sua virulenta postura anticolonial e libertadora (PARGETER, 2012).

Buscando acabar com o isolamento econômico e político líbio resultante do conflito de Lockerbie, Qaddafi lançou uma série de iniciativas no continente. O líder líbio passou a dirigir-se aos seus vizinhos africanos com o slogan “a África para os africanos” (RONEN, 2008, pg. 184), sinalizando o seu desejo de ajudar o continente a desfazer-se das amarras coloniais. Para isso, no dia da África, em maio de 1988, o líder

---

<sup>9</sup>Para isso, Qaddafi fez um paralelo entre a ocupação israelense do território palestino e do colonialismo na África, além de frequentemente oferecer ajuda econômica aos países que cortassem suas relações com o país (ZEIDAN, 1987).

líbio procurou se reconciliar diversos países africanos, todos alinhados com o Ocidente, a exemplo do Quênia, Gabão, Senegal, Gâmbia e Costa do Marfim. A abertura diplomática do país incluiu o fornecimento de ajuda financeira a diversos países africanos, como a Gâmbia, o Níger, e o Mali (RONEN, 2008).

A criação da Organização da União Africana (OUA), em 1999, por sua vez, era reflexo também do desejo do líder líbio de aproximar os países do continente. Foi seguida, assim, de um pedido seu para a criação de um Congresso Pan-Africano que impulsionasse a unidade política, junto com um Banco de Integração para agilizar a execução de um tratado para a Comunidade Econômica da África. Junto a isso, a Líbia também ampliou seus laços bilaterais com uma série de nações africanas, lançando inclusive uma série de iniciativas para resolver disputas no Chifre da África, no Sudão e no Congo, sinalizando a intenção de Qaddafi desempenhar um papel mais amplo na esfera local (JOHN, 2008).

No entanto, a decisão líbia de priorizar o continente africano de fato coincidiu com a decisão tomada na cimeira da Organização da Unidade Africana, apenas em 1998, de ignorar o embargo imposto pela ONU sobre o transporte aéreo à Líbia, em casos de motivos religiosos, humanitários ou relacionados com a própria OUA (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010). Os Estados africanos, nesta reunião, observaram que as sanções afetavam não apenas o povo líbio, mas também o resto da África, de maneira que se sentiam impelidos a ficar do lado da Líbia. Até o Chade, que travou anos de guerra com o líder líbio, após receber ajuda nos ramos de eletricidade e petróleo o apoiou contra as sanções (RONEN, 2008). Este passo marcou o início do declínio de todo o regime de sanções e tornou a violação da proibição dos voos quase uma rotina (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010; RONEN, 2002). Assim, o apoio dos Estados Africanos no desafio ao regime de sanções reduziu a eficácia da pressão anglo-americana e pôde moldar o curso da disputa de Lockerbie. No final da crise, Qaddafi saiu com o prestígio político reforçado, sendo considerado um árabe comprometido e um líder africano orgulhoso (RONEN, 2002).

### **3.3.3 Os Projetos para o Continente e a Criação da União Africana**

Para mobilizar ainda mais apoio, a Líbia investiu fortemente na região subsaariana. Em fevereiro de 1998, Qaddafi tomou a liderança na criação da Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos (COMESSA ou CEN-SAD), ligando

Estados africanos pobres com o país líbio, rico em petróleo. O novo bloco regional incluía países como Líbia, Chade, Sudão, Níger, Mali e Burkina Faso. Egito, Tunísia, Argélia e Marrocos, que inicialmente eram membros observadores, logo se tornaram membros plenos da organização (RONEN, 2008). Esta iniciativa abrangeu a criação de um banco de desenvolvimento com 75% de capital líbio, bem como iniciativas de desenvolvimento regional, como a modernização da Rodovia Trans-saariana (JOHN, 2008). Segundo Joffé & Paoletti, a CEN-SAD reafirma o seu compromisso ideológico de ser um Estado Africano, permitindo o acesso para populações do continente ao seu país. Além disso, a organização seria

[...] uma verdadeira conquista da Líbia, uma vez que reflete a preferência ideológica da Líbia para a integração regional, mas não ameaçando a independência dos estados que a constituem. A Líbia propôs uma zona de comércio livre em Misurata para os estados do Sahel, dando-lhes assim o acesso direto ao Mediterrâneo, em uma repetição das rotas de comércio trans-saariana pré-coloniais (JOFFÉ & PAOLETTI, 2010, pg.37)

A criação do bloco demonstrou o crescente prestígio diplomático de Qaddafi e emergente destaque da Líbia na África, especialmente na região subsaariana (RONEN, 2008). O líder líbio surgiu também como mediador de conflitos no continente e, através de sua crescente influência, convenceu a CEN-SAD, em setembro de 1998, a discutir o conflito entre a Uganda e a República Democrática do Congo. O encontro resultou numa proposta de substituição das tropas de Uganda e Ruanda por forças de manutenção da paz de outros países africanos. Seguindo este caráter de arbitragem, Qaddafi mediou disputas entre a Etiópia e a Eritreia, em 1998, e também a disputa entre facções na guerra civil prolongada de Serra Leoa (RONEN, 2008).

Qaddafi queria ir mais além, por isso apresentou, em Setembro de 1999, aos chefes africanos reunidos em Sirte, o seu projeto de criar os “Estados Unidos da África”, com exército e moeda únicos e uma liderança poderosa (STURMAN, 2003). A Declaração de Sirte, lançada no final da cimeira, recusou-se a endossar a formação da união, mas concordou com a criação de instituições importantes, como um banco continental central, um fundo monetário, um banco de Investimento, um Parlamento Pan-Africano, e um tribunal supremo (RONEN, 2008). De acordo com Sturman (2003), este foi o primeiro passo para a criação da União Africana, que se deu em Julho de 2002.

As barreiras para a efetivação da unidade africana eram diversas, especialmente em relação às reservas de Estados africanos como a Nigéria e a África do Sul. Os dois

Estados não só suspeitavam da lealdade de Qaddafi à causa africana, mas também, dada a sua posição influente no continente, temiam o impacto político e a tomada de liderança por parte de Qaddafi. Além disso, os regionalismos se faziam muito presentes, a exemplo da convocação da primeira sessão do Parlamento da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (ECOWAS), em fevereiro de 2001. Por outro lado, os países mais pobres se tornaram naturalmente os grandes defensores de Qaddafi, desejando que o seu apoio diplomático garantisse a manutenção da ajuda econômica líbia (RONEN, 2008).

A transformação da OUA na União Africana (UA), em 2002, não teria acontecido se não fosse a insistência de líderes como Qaddafi. O apoio líbio, junto com o nigeriano e sul-africano, foi decisivo para a efetivação de um projeto com cooperação mais íntima entre os países africanos, resultando em uma verdadeira integração (VISENTINI, RIBEIRO & PEREIRA, 2014). Não só a instituição foi criada com a ajuda do líder líbio, mas a Líbia foi um dos cinco países que, junto com África do Sul, Argélia, Egito e Nigéria, ancorou 75% do orçamento da instituição (CAMPBELL, 2014). Hoje, a União Africana contribui para a promoção dos direitos humanos, da democracia e para uma busca contínua pelo desenvolvimento do continente como um todo (VISENTINI, RIBEIRO & PEREIRA, 2014).

O Fundo Monetário Africano, ligado à UA, por sua vez, tem como objetivo substituir totalmente as atividades africanas no Fundo Monetário Internacional e tem 62% do seu capital financiado pela Argélia e pela Líbia, em conjunto (POUGALA 2011). Qaddafi, a partir destas iniciativas, emergiu como um dos mais destacados líderes políticos do continente, sustentando seus pilares ideológicos e com forte influência tanto interna quanto externamente (RONEN, 2008). De acordo com Lundin (2012),

No continente africano foi notório o papel do coronel Khadafi, a tentar direcionar a África para um lugar mais seu, um continente mais forte e fora da influência das ex potências coloniais. A ideia da criação dos Estados Unidos da África – a tentar resgatar o velho sonho do Kwame Nkruma de que “A África deve unir-se” – tinha um pouco desse objetivo, que Khadafi defendeu quando presidiu a União Africana. Um processo que ele obviamente tencionava liderar, pois sabia poder financiar um “crescimento econômico africano” com seus recursos originados do petróleo. A Líbia de Khadafi era o maior financiador da União Africana (LUNDIN, 2012, pg. 207).

Por fim, outro apoio importantíssimo dado por Qaddafi aos africanos foi referente a sua primeira revolução tecnológica, que conectou o continente inteiro por



telefone, televisão e outras aplicações. Revolução essa que se iniciou em 1992, quando foi estabelecida a Organização Regional Africana de Comunicação por Satélite (RASCOM), um projeto que visava construir um satélite africano para reduzir os custos de comunicação no continente. Este projeto só saiu do papel em 2007 porque Qaddafi financiou 300 milhões de dólares, poupando a África de pagar os altos juros dos bancos Ocidentais (POUGALA, 2011). Assim, através do fortalecimento de instituições africanas e de financiamento de projetos, Qaddafi assessorava o continente a tentar buscar uma voz mais ativa no cenário internacional e, mais do que isso, ajudava o continente a caminhar com as próprias pernas, resolvendo seus próprios problemas sem a interferência externa (JONH, 2008).

#### 4. A QUEDA DE QADDAFI E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A REGIÃO

No fim de fevereiro de 2011, como resposta à prisão de uma agente de direitos humanos líbia, violentos protestos se iniciaram na Cirenaica, em Derna e Benghazi, e rapidamente se espalham pelo país (BANDEIRA, 2014). De acordo com Brahimi (2011), um fator essencial para compreender o surgimento da rebelião é o forte federalismo e separatismo presente na província da Cirenaica. Não que os descontentamentos com Qaddafi não existissem nas outras províncias, porém os padrões pré-existentes de oposição entre as províncias tornou-se muito evidente durante as manifestações de 2011. As manifestações populares da “Primavera Árabe”, iniciadas na Tunísia e no Egito, que escancaravam um descontentamento com a situação econômica e social, agravadas pela elevação nos preços dos alimentos neste mesmo ano (PRASHAD, 2012), se estenderam também à Líbia (FACHAL, 2013). Apesar dos grandes avanços alcançados durante os 40 anos de governo Qaddafi, desagradavam à população o hiato entre o discurso democrático do regime e o seu autoritarismo, a crescente corrupção, a recorrente violação dos direitos humanos por parte do governo, a má distribuição dos lucros do petróleo e os altos níveis de desemprego (VISENTINI, 2012b). Por isso, as queixas e exigências que ecoaram em toda a região, em torno de liberdade (*hurriya*), dignidade (*karama*) e justiça social (*‘adalajjtimaiyya*), encontraram espaço também no povo líbio (BODUSZYNSKI, 2015).

Em resposta, o governo empreendeu uma forte repressão, o que fez com que logo a situação escalasse para uma guerra civil entre as forças leais a Qaddafi e os insurgentes (CHIVVIS & MARTINI, 2014). Ao contrário do que a mídia internacional fazia questão de divulgar, o movimento da Líbia foi, desde a sua origem, uma revolta armada, não manifestações civis pacíficas (AMIN, 2011; VISENTINI, 2012b). A descrição convencional dos países Ocidentais era de que Qaddafi havia começado um ataque sobre manifestantes civis desarmados (PRASHAD, 2012), quando na verdade as imagens mostravam homens fortemente armados gritando “Allahu Akhbar” (Allah é Grande). Dentre os rebeldes, saudados como lutadores pela liberdade, estavam islâmicos radicais que regressaram do Iraque e Afeganistão para restabelecer na Líbia a Shari’ah, ou lei islâmica (BANDEIRA, 2014). Foi nesse contexto que o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em fevereiro do mesmo ano, a Resolução 1970, que, além de pedir pelo fim das hostilidades, congelava ativos líbios e proibia os membros de seu governo de viajar, além de lançar um embargo de venda de armas ao país. Enquanto

isso os rebeldes faziam progresso e o exército Líbio se dividia em dois, uma parte permanecendo fiel ao regime e outra se unindo à rebelião (PRASHAD, 2012). Em 14 de julho, a Human Rights Watch acusou os rebeldes de saquear e queimar casas, além de abusar de civis, porém os países Ocidentais insistiam em dizer que o derramamento de sangue era culpa de Qaddafi (VISENTINI, 2012b).

O que não se pode negar é que o movimento para derrubar Qaddafi teve fortes impulsos externos (BANDEIRA, 2014). Apesar da reaproximação com o Ocidente e das reformas liberalizantes que estavam sendo levadas à cabo na Líbia, os neoliberais estavam desanimados com a velocidade das mudanças e decidiram se aproveitar dos movimentos populares. Estes “reformadores” foram capazes de definir o ritmo da rebelião no país (PRASHAD, 2012). Além disso, ativistas estrangeiros, que defendiam nas revoltas árabes temas pseudoculturas, como defesa da democracia e a invenção de um “direito de intervenção humanitária”, mascaravam o verdadeiro objetivo das potências estrangeiras (AMIN, 2013). De acordo com Samir Amin (2013), a estratégia dos Estados Unidos, principalmente no Oriente Médio, foi de aniquilar os Estados ou sociedades que poderiam significar algum tipo de ameaça ao domínio de Washington<sup>10</sup>. Em suas palavras:

Duas sociedades da região já foram destruídas, as de Somália e Líbia. Dois países já foram “varridos do mapa de nações”, existem sem Estados, entregues aos senhores da guerra, em grande parte jihadistas e jogadores importantes do terrorismo regional, como no caso de ataques Shebab em Quênia e a intervenção dos jihadistas no Mali e no Níger, encontrando na Líbia armas e abrigo (AMIN, 2013, p. 84-85 - tradução própria).

Em março de 2011, as forças de Qaddafi haviam empurrado os rebeldes para fora das principais cidades e fazia avanços em Benghazi e Misrata. A partir daí as potências Ocidentais reforçaram o seu clamor por uma intervenção e zona de exclusão aérea no país líbio (PRASHAD, 2012), afirmando que o governo não havia cumprido a Resolução 1970 (BANDEIRA, 2014). O Conselho de Segurança da ONU, assim, utilizando-se do princípio de “responsabilidade de proteger”<sup>11</sup> e da “forte repressão aos

<sup>10</sup> Samir Amin dá como o maior exemplo disso o Iraque (AMIN, 2013).

<sup>11</sup> Nas palavras de Bandeira (2014, pg. 290), “essa doutrina consiste em não reconhecer a soberania nacional como um privilégio, porém como responsabilidade para prevenir e impedir quatro crimes – genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e limpeza étnica – sob o termo genérico de Mass Atrocity Crimes”. Bandeira defende que “na prática só poder ser aplicado pelas grandes potências contra as nações mais débeis, que não dispõem de poder de defesa e retaliação, e a conclusão é, objetivamente, que todos os Estados devem armar-se, inclusive, tanto quanto possível, com artefatos nucleares”. (BANDEIRA, 2014, pg. 291).

civis por parte do governo”, aprovou a resolução 1973<sup>12</sup>, a partir da qual autorizava-se a criação de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, visando o cessar dos confrontos (CAMPBELL, 2013). De fato, a violência aumentou no período, porém não foi unilateral como defendido pela mídia internacional e pelo Comissário de direitos humanos da ONU, que denunciou o regime líbio, porém nada disse sobre a execução de 50 mercenários africanos que lutavam ao lado de Qaddafi (PRASHAD, 2012). A manipulação de notícias foi, assim, arma importante na guerra psicológica travada para desmoralizar Qaddafi e contribuiu decisivamente para passar a resolução no Conselho de Segurança da ONU (BANDEIRA, 2014).

É interessante notar que a resolução foi aprovada com o apoio da Liga Árabe, mas com a reprovação da União Africana, que, à exceção da África do Sul, se opunha à intervenção externa no contencioso (CAMPBELL, 2013). Pode-se dizer, nesse sentido, que a “proteção de civis configurou um subterfúgio para justificar a agressão à Líbia e legitimar a doutrina de intervenção humanitária” e que, a partir disso, as potências subverteram valores como o de soberania nacional e não ingerência nos assuntos internos de outros Estados (BANDEIRA, 2014, pg. 287). Bennis (2011), ao analisar os discursos que se seguiram à Resolução, defende que o objetivo por trás dela foi, na verdade, uma mudança de regime. Essa seria a única saída para a garantir maior controle sobre o petróleo líbio e o retorno das bases militares norte-americanas no país (AMIN, 2011). Nesse sentido, Samir Amin defende que

Hoje, os Estados Unidos precisam transferir para a África o AFRICOM (o comando militar dos EUA para a África, uma importante peça de equipamento militar de controle do planeta, atualmente localizado em Stuttgart). Mas a União Africana se recusa a aceitá-la e até agora nenhum estado Africano se atreveu a fazê-lo. Um laçao instalado em Trípoli (ou Benghazi) aprovaria, é claro, todas as exigências de Washington e seus aliados subalternos da OTAN (AMIN, 2011, pg.40 - tradução própria).

Unindo os esforços das grandes potências, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume, ainda em 2011, o comando das operações. Ultrapassando as normas da resolução da ONU, formou-se uma aliança entre países europeus e as Monarquias do Golfo que deu abertura à intervenção militar efetuada em favor das forças rebeldes. A legitimidade da demanda do povo líbio não quer dizer que a intervenção estrangeira era legítima também. A oposição interna de Qaddafi, ao solicitar uma zona de exclusão aérea ao exterior, permitiu à OTAN enfrentar e derrotar o líder em seus próprios termos (BENNIS, 2011). Assim, potências Ocidentais utilizaram-se da

---

<sup>12</sup> Rússia, China, Brasil, Índia e Alemanha se abstiveram na votação (BANDEIRA, 2014).

resolução não para cessar a violência, mas para defender o apoio da OTAN aos rebeldes, empreendendo uma guerra direta contra a Líbia, através dos ataques aéreos (BANDEIRA, 2014; VISENTINI, 2012b). Essa coalizão, assim, acabou por tomar parte no conflito, buscando claramente derrubar o regime de Qaddafi (BANDEIRA, 2014). Se Qaddafi tinha que ir, não havia espaço para negociação, as únicas opções eram o assassinato ou a guerra (PRASHAD, 2012). Desse modo, a campanha da OTAN resultou, em 20 de Outubro de 2011, na captura e execução de Qaddafi por forças rebeldes (RONEN, 2016; CHIVVIS & MARTINI, 2014).

A derrubada de Qaddafi foi saudada à época como o caminho para uma “Nova Líbia”. Entretanto, rapidamente a anarquia e violência tomaram conta do país, com uma diversidade enorme de interesses tribais, religiosos, políticos, econômicos, ideológicos e regionais, que eram antes controladas pelo regime (RONEN, 2016; ENGEL, 2014). A queda do líder líbio abriu, assim, um vácuo político, envolvendo o país em uma luta por recursos e poder entre diversos atores (RANDALL, 2015). As forças da OTAN não foram capazes de prover a assistência necessária<sup>13</sup> para que a Líbia pudesse se recuperar após o fim do conflito, apesar da ajuda aos rebeldes líbios a deporem o antigo líder líbio (CHIVVIS & MARTINI, 2014). Ao contrário de outras transições pós-conflito, como no Afeganistão, a comunidade internacional não buscou o desarmamento, desmobilização e reintegração dos grupos rebeldes ou enviou tropas de manutenção da paz para que fosse possível a reconstrução do Estado líbio. Em vez disso, diversos países, incluindo árabes, disputavam patrocínio e influência entre cidades e grupos líbios, o que encorajou ainda mais as milícias e levou à fragmentação do Estado (BODUSZYNSKI, 2015).

O desenrolar dos fatos e a polarização do conflito, então, fizeram com que fossem formados dois governos diferentes, ambos sem a soberania no sentido clássico e sem o monopólio legítimo do uso da força no seu território (CHIVVIS & MARTINI, 2014), características básicas de um governo nacional. Dois parlamentos rivais passaram a encabeçar as animosidades: a Casa dos Representantes (HOR), na cidade de Tobruk, que compreende a maioria dos nacionalistas e federalistas e é reconhecido pelas Nações Unidas e, por outro lado, o Congresso Geral Nacional (GNC), em Trípoli, dominado por islamistas (ENGEL, 2014). A principal questão destas novas instituições

---

<sup>13</sup>Falha dos esforços de desarmar e desmobilizar as milícias rebeldes depois da guerra (CHIVVIS & MARTINI, 2014).

é a falta de autoridade. Ambas mantêm-se fracas devido à fragmentação e pressão política de diversos grupos armados, com diversas ideologias e diferentes lealdades (RANDALL, 2015).

Embora as manifestações tenham unificado temporariamente os diversos grupos líbios, as deficiências institucionais subsequentes no processo de transição pós-Qaddafi gerou uma reversão neste padrão e abriu espaço para a fragmentação e reemergência de identidades regionais (SAWANI, 2013). Nas palavras de Randall (2015):

Os líbios até agora não conseguiram alcançar uma maior unidade de propósito, por três razões mais importantes. Em primeiro lugar, rivalidades históricas entre as regiões e cidades afirmaram-se em detrimento de um Estado unificado. Em segundo lugar, as instituições de transição não foram confiadas pelas forças dominantes da Líbia com a autoridade para proteger e reconstruir o Estado líbio. Em terceiro lugar, o legado de uma ditadura sustentada pelo patrocínio do óleo paira pesadamente sobre aqueles que agora foram empoderados pela revolução. Atualmente há peso insuficiente em favor daqueles que desejam reforçar, em vez de dominar o Estado (RANDALL, 2015, pg. 210 - tradução própria).

A queda de Qaddafi foi imediatamente explorada pelo islã político e pelos regionalismos. O fato é que a Líbia nunca realmente existiu como nação. Suas três províncias sempre tiveram diferenças marcantes e, por isso, sempre houve uma base para o desenvolvimento de regionalismos no país (AMIN, 2011, pg. 39-40). Se Qaddafi conseguiu unificar por 40 anos as três províncias, agora a Líbia encontra-se como um Estado falido: em risco perpétuo de colapso em guerra civil ou anarquia. Não há monopólio sobre a violência dentro de suas fronteiras, não existe maneira de controlar as populações e o seu território e nenhum dos dois governos é capaz de fornecer nem segurança e nem uma série de bens públicos à população (ENGEL, 2014). Além disso, o caos líbio dificulta a governança em extensas áreas de fronteira do país: grandes porções do território fronteiriço líbio permanecem, em muitos aspectos, ingovernáveis. Por isso, tanto as forças armadas da Líbia quanto as milícias responsáveis pela segurança do país têm sido incapazes de controlar a migração e o comércio ilegal que corre através do país, permitindo que se desenvolva o tráfico de armas e pessoas, com graves consequências para a região como um todo (COLE, 2012).

#### **4.1. Estado Islâmico e Al-Qaeda no Norte da África**

A situação na Líbia vai muito além do conflito entre os dois governos instalados no país, de modo que não pode ser considerada binária (WINTER, 2015). O conflito

envolve não só os dois governos proclamados, mas um número cada vez maior de milícias que acabam por fragmentar cada vez mais a Líbia após a queda de seu líder (CHIVVIS & MARTINI, 2014). O colapso securitário do país e suas fronteiras, que se tornaram porosas do que nunca, criaram condições perfeitas para redes criminosas transnacionais. Por isso, a erupção do conflito civil e a degradação da segurança na Líbia tem fomentado a instalação de novas redes jihadistas na região, incluindo filiados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico (EI), que passaram a entrincheirar-se em Benghazi, Derna e no Sul da Líbia (GARTENSTEIN-ROSS ET AL, 2015; WINTER, 2015). Assim, não só a disputa pelo poder central torna-se importante, mas a expansão de grupos criminosos em seu território e em toda a região. Nas palavras de Winter (2015):

Por um longo tempo agora, a Líbia tem sido um ramo de instabilidade, um lugar onde grupos jihadistas, milícias tribais e grupos criminosos têm competido pela hegemonia em meio ao impasse aparentemente insolúvel entre o governo internacionalmente reconhecido com base em Tobruk e o Congresso Geral Nacional com sede em Trípoli, que reivindica a legitimidade (WINTER, 2015, pg.3, tradução própria).

A falta de instituições sólidas de fiscalização e segurança, somadas a um exército fraco, fragmentado e desarmado (STRATFOR, 2015b) tornam a expansão e o trânsito destas organizações criminosas fácil, o que acaba atraindo-as cada vez mais para o território líbio (CHIVVIS & MARTINI, 2014). A situação é tão crítica que alguns estudiosos passaram a chamar a Líbia de “Nova Somália”, com lutas escalando, uma ilegalidade desenfreada e um território tomado por organizações terroristas que desestabilizam não só áreas de fronteira, mas criam verdadeiros cenários de terror para as populações locais. Tudo isso torna o país cada vez mais atraente para o Estado Islâmico (RONEN, 2016).

Somado ao caos institucional, sua localização estratégica torna a Líbia um local desejável para traficantes que procuram atingir os mercados europeus. Desde a morte de Qaddafi, o contrabando de armas para fora da Líbia aumentou, tendo formado rotas de tráfico até Península do Sinai, no Egito, a Faixa de Gaza, Síria e outras zonas de conflito. O sul desértico do país, na província de Fezzan, surgiu como uma guarida segura para contrabandistas que transportam não só armas, mas também drogas e pessoas (GARTENSTEIN-ROSS ET AL, 2015). Já no início das animosidades, depósitos desprotegidos de armamentos tornaram-se facilmente acessíveis a saqueadores, rebeldes e também grupos como a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQIM). De acordo com o jornal canadense The National Post, o maior arsenal de



armas no mundo é encontrada em solo líbio (WINTER, 2015) e, por isso, grupos extremistas em toda a região do Sahel foram beneficiados com a enxurrada de armas providas do país, o que tem, por sua vez, gerado instabilidade em toda a região (BAKRANIA, 2014). Assim, o caos político instaurado no país e a impossibilidade de um governo central retomar o monopólio de uso da força no território tem feito com que rotas de contrabando tenham se movido gradualmente para a região do Magrebe (GARTENSTEIN-ROSS ET AL, 2015).

Nesse sentido, Winter (2015) mostra que a burocracia do Estado islâmico passou a considerar a Líbia como uma fonte de grande potencial, devido à sua riqueza patrimonial, à já mencionada imensa quantidade de armas disponíveis para tráfico na ausência de um governo central e a sua localização estratégica - referindo-se a uma geografia que olha para o mar, em direção ao continente europeu, para o deserto, para montanhas, e também para seis Estados, sendo eles o Egito, o Sudão, o Chade, o Níger, a Argélia e a Tunísia. No que concerne a este último ponto, o autor mostra que as oportunidades encontrar-se-iam na utilização de redes de tráfico humano, que tornariam a Líbia base de lançamento para atacar a Europa e suas linhas de navegação. Sua geografia montanhosa e com um imenso deserto impossível de controlar seriam outro diferencial do país aos olhos da organização terrorista (WINTER, 2015). Além disso, em um contexto no qual o Estado Islâmico tem perdido terreno na Síria e no Iraque, o grupo tem buscado expandir-se como forma de atestar que ainda está progredindo (SANTOS, 2015; STRATFOR, 2016b).

O grupo encontrou, assim, espaço na Líbia, um país tão desprovido de autoridade central quanto os outros dois, tendo transferido já cerca de 5.000 militantes leais ao território líbio (STRATFOR, 2016b). As novas redes jihadistas que apoiam a organização aproveitaram as batalhas entre os dois governos para instalarem-se em diversas cidades líbias, esculpindo uma esfera de influência considerável na região (GARTENSTEIN-ROSS ET AL., 2015). Um levantamento de dados feito por Nate Rosenblatt (2016), mostra que Derna tem a maior taxa de combatentes estrangeiros que se uniram ao ISIS de todas as províncias estudadas, tendo se tornado uma das primeiras grandes sedes da organização fora de Iraque e Síria. A cidade tem sido um ambiente amigável ao extremismo islâmico desde o final dos anos 90, período no qual toda a cidade apoiou a insurgência do Grupo Combatente Islâmico da Líbia. De acordo com documentos encontrados, 53 de 112 líbios eram de Derna (47%), em uma amostra total de 606 pessoas (ROSENBLATT, 2016).



De acordo com a Stratfor (2016a), após ser expulso de Derna, o Estado Islâmico foi capaz de esculpir território ao redor de Sirte, buscando expandir-se para Misrata e Trípoli. Suas forças espalharam-se a partir da cidade para o interior do país, buscando apreender poços de petróleo. O território dominado pelo grupo já passou dos 250 km ao longo da costa líbia, mas tem buscado cada vez mais penetrar o interior do país (STRATFOR, 2015a). Em um contínuo esforço de expansão, a organização lançou uma série de ataques terroristas e militares, incluindo sobre campos de petróleo em Mabruk e Ghani, no primeiro semestre de 2015 (RONEN, 2016). Não só os poços de petróleo têm sido alvos do grupo, mas militantes têm lançado também uma série de ataques terroristas, incluindo a explosão de um carro-bomba em Zliten, oeste densamente povoado do país, em 7 de janeiro, matando 65 pessoas (STRATFOR, 2016a).

Outro atentado que chamou a atenção foi a decapitação de 21 egípcios, cristãos etíopes e eritreus capturados durante a travessia em direção à Europa, divulgada em vídeo (RONEN, 2016). O lançamento do vídeo desta execução em massa mostra que os jihadistas que declararam apoio ao EI não estão falando de um apoio superficial, mas efetivo, com um forte alinhamento com o comando central do grupo (STRATFOR, 2016a). Um estudo feito por Yonah Alexander mostrou que os países mais afetados por atentados terroristas em 2014 foram, em ordem decrescente: Líbia (com 201 incidentes), Mali (35), Tunísia (27) e Argélia (22). De acordo com o autor, houve um aumento de mais de 800% em ataques terroristas regionais desde o 11 de setembro (vide Figura2), o que tem sido alimentado pela instabilidade trazida pelos movimentos da Primavera Árabe na região (ALEXANDER, 2015).

**Figura 2: Incidentes Terroristas no Magrebe e no Sahel desde 11 de setembro**

**Data Table: Terrorism Incidents in Maghreb & Sahel since Sept. 11, 2001**

TIMELINE	YEAR	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>NORTH &amp; WEST/CENTRAL AFRICA NATIONS</b>	<b>Totals:</b> 1,951 attacks	21 attacks	55 attacks	31 attacks	44 attacks	104 attacks	153 attacks	161 attacks	152 attacks	204 attacks	178 attacks	185 attacks	144 attacks	230 attacks	289 attacks
<b>ALGERIA</b>	1,307 attacks	20	54	28	39	93	120	110	121	185	168	164	132	51	22
<b>CHAD</b>	58 attacks				3	6	28	14	6		1				
<b>LIBYA</b>	353 attacks						1						6	145	201
<b>MALI</b>	105 attacks			1	1	2	3	10	11	9	4	8	5	16	35
<b>MAURITANIA</b>	27 attacks				1	3		4	4	6	2	7			
<b>MOROCCO</b>	9 attacks			2				5				2			
<b>NIGER</b>	44 attacks						1	18	9	4	3	3	1	1	4
<b>TUNISIA</b>	48 attacks	1	1						1			1		17	27

Fonte: ALEXANDER, 2015.

Esta tendência crescente manteve-se em 2015. Em janeiro deste ano, o Estado Islâmico estabeleceu um campo de treinamento no país e, além disso, envolveu-se num atentado ao luxuoso Corinthia Hotel em Trípoli, que resultou em diversas mortes de líbios e estrangeiros. Aparentemente, o ataque foi realizado em retaliação à prisão de um dos membros de alto escalão da organização, em 2013, por comandos americanos (ALEXANDER, 2015). A essa altura, havia poucas dúvidas de que a Líbia tornou-se um Estado falido, no qual diferentes grupos nacionais e internacionais, a exemplo do Estado Islâmico, se utilizam de suas posições para vingar-se de ataques sofridos ou procurar expandir-se (RONEN, 2016). Segundo Bandeira (2014):

A War on Terror, que tinha o Iraque e o Afeganistão como principais teatros dos EUA e da OTAN desde os atentados de 11 de setembro de 2001, inflamou ainda mais o fundamentalismo islâmico, robusteceu al-Qa'ida, aumentou a rede de terroristas e, conectada com diversos e complexos fatores, inclusive a influência de ONGs ocidentais, concorreu para desestabilizar e fazer escalar os conflitos armados em quase todos os países do Oriente Médio e da África do Norte, cuja estagnação econômica, social e política a crise financeira mundial, que eclodiu em 2007-08, mais ainda aguçou (BANDEIRA, 2012, pag. 234).

Bandeira (2014) defende também que, ao financiar grupos rebeldes na sua busca por derrubar Qaddafi, os países da OTAN acabaram por armar milícias jihadistas ligadas a Al-Qaeda, que futuramente declararam lealdade ao Estado Islâmico. Segundo o autor, Bin Laden chegou a escrever uma carta durante a guerra na Líbia, na qual considerava as revoltas nos países árabes o mais importante ponto da nossa história moderna. Os rebeldes, que teoricamente estavam sendo massacrados, pediram por uma zona de exclusão aérea e, posteriormente, foram armados e apoiados pelas potências Ocidentais, eram os mesmos que apareciam nas filmagens fortemente armados gritando “Allahu Akhbar” (Allah é Grande), principal frase proclamada por jihadistas do Estado Islâmico. Mustafa al-Gherryani, um dos líderes dos rebeldes afirmou que recebeu carregamentos de armas pagas pelos Estados Unidos e vindas dos países vizinhos (BANDEIRA, 2014, pg. 263). Assim, ao fornecer recursos financeiros, armamento e treinamento aos rebeldes, os Estados Unidos, ao lado dos maiores patrocinadores do terrorismo, Arábia Saudita, Kuwait, Qatar e Emirados Árabes Unidos, ajudou movimentos como o Grupo de Combate Islâmico Líbio<sup>14</sup> (vinculado à al-Qa'ida), um dos principais atores do levante, a empalmar o movimento (BANDEIRA, 2014).

---

<sup>14</sup> O principal objetivo do grupo era, nas palavras de Bandeira, “reconstruir o Califado Islâmico e restabelecer a Shari’ah, como nos tempos do Profeta” (BANDEIRA, 2014, pag. 257).

O espraiamento dessas organizações criminosas após a queda de Qaddafi, com o crescimento do tráfico de pessoas e armas e o aumento nos atentados terroristas trazem graves consequências não só para a Europa, mas para a estabilidade da região como um todo, incluindo o Mediterrâneo e o resto da África (BANDEIRA, 2014). Diversos terroristas espalham-se pela região através do caos líbio (vide Tabela 2). Entre os países afetados pela situação na Líbia encontra-se o Egito, que agora se preocupa também com o seu deserto Ocidental, além da Península do Sinai, na sua luta contra o terrorismo. Armas e pessoas que transitam em território líbio fluem livremente, através de suas fronteiras porosas, em todo o Magrebe e, muitas vezes, estão ligadas a grupos étnicos redes criminosas organizadas (COLE, 2012). Terroristas se lançam também para os seus vizinhos do Sul (ENGEL, 2014). A situação é particularmente catastrófica no Mali, onde rebeldes taruegues uniram-se com grupos islâmicos de todo o Sahel e tiveram a sua insurgência revigorada por armas adquiridas em território líbio junto à AQIM e outros grupos afiliados, logrando conquistar uma grande faixa territorial e assumindo o controle da parte norte do país (ENGEL, 2014; COLE, 2012).

**Figura 3: Proliferação Extremista Proveniente da Líbia**

North Africa <sup>*</sup>	Sahara, Sahel, and West Africa <sup>†</sup>	Middle East <sup>‡</sup>
AQIM	AQIM	Jabhat al-Nusra (al-Qaeda affiliate)
Uqba ibn Nafi Brigade	Ansar al-Sharia	ISIS
Ansar al-Sharia in Tunisia	Ansar Dine	+ other smaller groups
Ansar al-Sharia in Libya	Movement for Unity and Jihad in West Africa	
Ansar Beit al-Maqdis	Boko Haram	
+ other smaller groups	+ other smaller groups	

<sup>\*</sup> Tunisia's western Chaambi Mts., several Libyan coastal towns/cities, western Egypt, and Sinai Peninsula

<sup>†</sup> Algeria and Libya, into northern Mali and Niger, and Mauritania

<sup>‡</sup> From Syria to Western Iraq

Fonte: ENGEL, 2014

## 4.2 A Crise de Migração

Por sua localização geográfica<sup>15</sup>, a Líbia sempre foi associada com migração, sendo não só um destino final, mas também uma paragem intermediária para africanos e árabes que buscavam chegar ao continente europeu (TOALDO, 2015). Após o abandono político de Qaddafi de seus supostos programas de armas de destruição em massa, em 2004, e a conseqüente reaproximação com os países do Ocidente, principalmente com a Europa, o líder líbio passou a apertar a segurança das fronteiras marítimas do país para evitar o contrabando de pessoas e bens para os países do outro lado do Mediterrâneo (COLE, 2012). Isso porque, entre 2003 e 2012, cerca de 190.425 pessoas chegaram na Itália provenientes da Líbia, enquanto outros 16.445 chegaram a Malta (TOALDO, 2015). Em 2007, assim, Líbia e Itália criaram patrulhas marítimas conjuntas, coordenando seus esforços neste sentido (COLE, 2012). Além disso, em 2008, a União Europeia concordou em pagar US\$ 500 milhões, como uma espécie de compensação pelos erros do colonialismo, em troca do controle de fronteiras por parte do líder líbio (SAKUMA, 2016). Com isso, a imigração ilegal e o tráfico de narcóticos saindo do território líbio diminuíram consideravelmente entre 2008 e 2010 (COLE, 2012).

Com Qaddafi no poder, assim, havia alguém que poderia efetivamente conter parte da migração para o continente europeu. Entretanto, o colapso do seu governo e a falta de instituições estatais eficazes, com desintegração gradual do Estado líbio, levou à falência da política de contenção. A morte do líder líbio e o vácuo de poder decorrente, fez com que ninguém estivesse realmente no comando, com elementos básicos de soberania, como a aplicação da lei e o controle das fronteiras ficassem dispersos entre uma infinidade de milícias e atores (TOALDO, 2015; BAKRANIA, 2014). Decorrentes das revoltas levadas à cabo durante a Primavera árabe, que trouxeram ondas de violência e agitação política generalizadas, o deslocamento populacional da Líbia, da Síria e do Iêmen tornou-se iminente (KHALLAF, 2013; GUZANSKY & STRIEM, 2013). O caos instaurado nestes países abriu espaço, assim, para que redes de contrabando prosperassem, abrindo um mercado lucrativo de tráfico não só de mercadorias, mas de pessoas. De repente, não só milhares de migrantes passaram a

---

<sup>15</sup> Isto se deve às seguintes razões geográficas: a costa oeste da Líbia é muito próxima (a cerca de 350 quilômetros) dos postos fronteiriços mais meridionais da Europa, mais especificamente de Malta e da ilha italiana de Lampedusa. Além disso, a Líbia se encontra no meio do Norte de África e tem sido historicamente um portão desde a África subsaariana até o Mediterrâneo (TOALDO, 2015, Pág. 7).

chegar na Itália e na Grécia, mas um número aterrador de cadáveres também (SAKUMA, 2016).

Além de foco de ameaças terroristas na região, a falta de controle permitiu que a Líbia virasse de fato um portão de entrada para a Europa (Figura 1). Gartenstein-Ross et al (2015) afirma que, de acordo com um relatório da Frontex<sup>16</sup>, 79% das pessoas que migraram entre julho e setembro de 2014 para a Europa partiram de portos líbios. Este ano foi um marco para a crise de migração líbia. Enquanto o número de migrantes para a Europa desde a Líbia esteve abaixo de 40 mil pessoas por ano desde o início dos anos 2000, esse número disparou em 2014 (TOALDO, 2015), e a ACNUR estima que, em outubro, o número de imigrantes chegados a Itália desde o país totalizava 130 mil pessoas. Nas palavras de Gartenstein-Ross et al (2015):

A deterioração da segurança transformou a Líbia em um centro de imigração irregular da África do Norte para a Europa. Com a segurança das fronteiras praticamente inexistente, traficantes de seres humanos estabeleceram operações robustas na Líbia, o envio de milhares de migrantes econômicos da África Subsaariana e refugiados de países devastados pela guerra para a Europa. Consequentemente, a Líbia tornou-se o ponto de partida principal para a migração irregular para a Europa (GARTENSTEIN-ROSS, 2015, pg. 17, tradução própria).

A Líbia foi, historicamente, um país que sempre recebeu muitos imigrantes. Esta situação se intensificou principalmente com a virada da sua política externa para a África, quando milhares de pessoas imigraram ao país desde a região subsaariana do continente<sup>17</sup>. Os indivíduos que migram através do território líbio vêm de três áreas principais, sendo elas o Chifre da África, a África Ocidental e a Síria (ver Figura 1), com este último fluxo sendo mais recente e decorrente da eclosão da guerra civil no país que dura até os dias de hoje. A raiz da onda de migração líbia é intrigante porque não vem de uma única fonte<sup>18</sup>, mas as pessoas fogem em massa de pelo menos uma dúzia de países diferentes (SAKUMA, 2016). Com a situação tendo se deteriorado rapidamente no país e com a propagação da insegurança, grande parte destes migrantes decidiram deixar o país através do caminho que parecia mais seguro, o mar. (TOALDO, 2015).

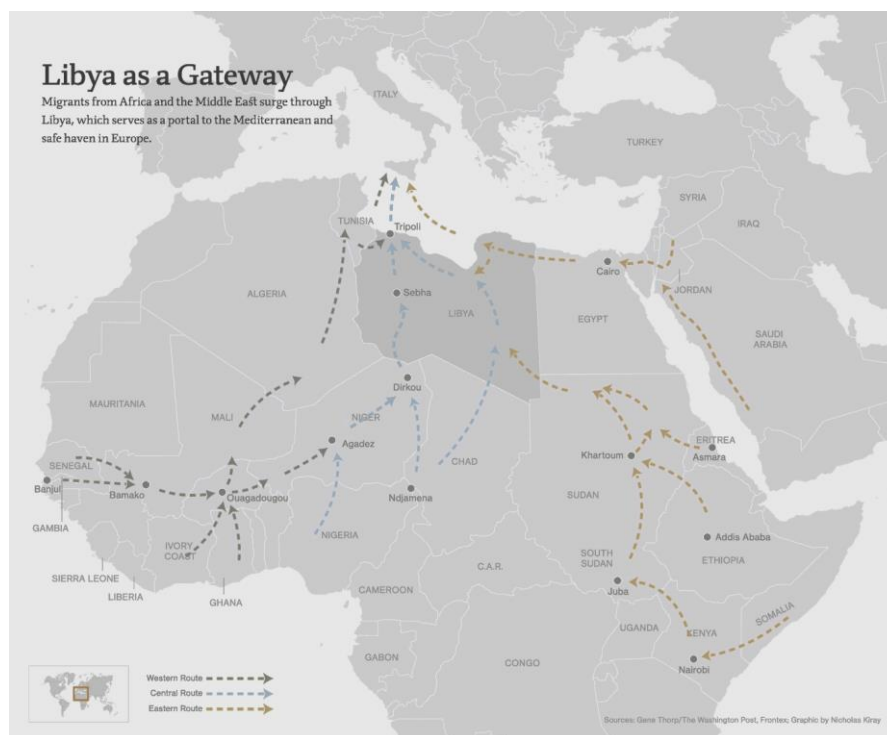
---

<sup>16</sup> Agência primária de gestão das fronteiras da União Europeia.

<sup>17</sup> Em 2009, a Líbia acolheu no seu território de 2,5 milhões de imigrantes, vindos principalmente da África, mas também de países como Bangladesh e Filipinas. Ainda assim, em 2013, a Consultoria Altai estimou uma presença de 1,7 a 1,9 milhões de imigrantes no país (TOALDO, 2015, pg. 2).

<sup>18</sup> Shaden Khallaf afirma que mais de 120 nacionalidades e 5 diferentes categorias podem ser identificadas nestas ondas migratórias, dentre elas trabalhadores migrantes, cidadãos líbios, pessoas que se dirigem à Europa nos barcos, internamente deslocados e requerentes de asilo previamente residentes da Líbia (KHALLAF, 2013).

**Figura 4: Líbia como Porta de Entrada**



Fonte: SAKUMA, 2016

A grande questão que permeia esta situação não está só nas políticas europeias para receber estes migrantes, mas na precariedade e clandestinidade destes fluxos. Segundo a Organização Internacional para Migrações (IOM), mais de 3 mil pessoas morreram a caminho da Europa em 2015<sup>19</sup>, na travessia pelo mediterrâneo, seja desde o Norte da África ou da Turquia (METCALFE-HOUGH, 2015). De acordo com o relatório da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR ou UNHCR),

Durante o segundo semestre de 2015, a Europa assistiu a um aumento dramático no número de refugiados e migrantes que chegam por via marítima. Centenas de milhares de pessoas embarcaram em uma jornada perigosa, atravessando o Mar Mediterrâneo para chegar à Europa na tentativa de encontrar segurança. No geral, mais de 1 milhão de pessoas chegaram por mar em 2015, um aumento de mais de quatro vezes em comparação com 216.000 chegadas do ano anterior (UNHCR, 2016, pg. 7 - tradução própria).

Estes números tendem a aumentar, visto que a União Europeia e a Turquia fizeram um novo acordo para estancar o fluxo vindo do país. No ano de 2015, 87% das

<sup>19</sup> O número de mortes no mar aumentou nove vezes desde outubro de 2014, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (FRASER, 2016).

peessoas que chegaram a Europa entraram a partir do território turco, mas com este novo acordo as quadrilhas de contrabandistas têm avaliado a Líbia como rota alternativa (STEPHEN, 2016). Hoje, acredita-se que cerca de um milhão de pessoas, advindos principalmente da Somália, Sudão e Eritreia, estão à espera da sua travessia para a Europa (FRASER, 2016). Só no último ano, a IOM estima que quase 200 mil pessoas já deixaram a Líbia em direção à Europa, agravando a crise de refugiados em massa que escoou para fora da Síria (SAKUMA, 2016).

Entretanto, estudos mostram que a maioria das migrações africanas não são dirigidas para a Europa, mas para outros países africanos (FLAHAUX & HAAS, 2016). Nesse sentido, apesar de figurar um problema grande para o continente europeu, a porosidade das fronteiras líbias trazem problemas ainda mais profundos para seus vizinhos. Nestes casos, as ondas de migração tem se acumulado, levando a crises em múltiplos níveis. O alcance e a velocidade com que os migrantes e deslocados chegaram à fronteira da Tunísia e do Egito foram esmagadores e imediatos à intervenção militar da OTAN, que ironicamente atacava em nome da proteção de civis. Das quase 800 mil pessoas que fugiram da violência na Líbia em 2011, cerca de 263 mil alcançaram o Egito e 345 mil a Tunísia (KHALLAF, 2013). Ondas seguintes de refugiados e expatriados em 2014 têm sobrecarregado ambos os países (ENGEL, 2014). Ao contrário de alguns países europeus e apesar da quantidade maciça de pessoas que recebeu, a Tunísia manteve uma política de portas abertas em relação às pessoas provenientes do território líbio, dando acomodação e proteção temporária de fato a cidadãos que fugiram do país. Além disso, a maioria dos nacionais de países terceiros que haviam fugido da guerra civil foram ajudados a regressar ao seu país de origem (KHALLAF, 2013).

A crise líbia resultou também num número maciço de deslocados internos<sup>20</sup>. Dados da ACNUR mostram que, entre 2011 e 2014, um recorde de 59,5 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo, com os números crescendo acentuadamente a cada ano (UNHCR, 2016). De acordo com a IOM, em 2015, 348.372 pessoas encontravam-se deslocadas internamente na Líbia. Diversas comunidades de acolhimento têm absorvido estas pessoas, porém o prolongamento da situação as sobrecarrega, tornando os seus recursos escassos. O potencial de retorno para cada dessas pessoas permanece muito pequeno, visto que a situação geral de insegurança e

---

<sup>20</sup> De acordo com a definição da IOM, são pessoas forçadas a fugir de suas casas, mas não cruzaram uma fronteira internacional, permanecendo dentro do seu país (IOM, 2016).

tensões intercomunitárias não abre espaço para isso, de maneira que não há perspectiva imediata regresso dessas pessoas (IOM, 2016).

Por fim, vale tratar dos ataques à população proveniente da África subsaariana residente na Líbia desencadeado pelo conflito instaurado na Líbia (GARTENSTEIN-ROSS ET AL, 2015), pois o caos e a ilegalidade alimentam a xenofobia no país (FRASER, 2016). Com base nas estimativas da IOM, a população total de imigrantes na Líbia é de quase 1 milhão de pessoas, provenientes principalmente do Egito, Níger, Sudão, Nigéria, Bangladesh, Síria e Mali (IOM, 2016). Por um tempo, a economia líbia foi largamente apoiada pelo trabalho destes migrantes, agora, no entanto, a cada nova onda de imigração as oportunidades diminuem e a xenofobia aumenta (SAKUMA, 2016). Além disso, devido às políticas anteriores de Qaddafi, muitos dos africanos subsaarianos passaram a ser vistos com extrema desconfiança devido a ligações assumidas com o regime anterior, e enfrentaram, em particular, agressões, abusos e discriminação durante o conflito (KHALLAF, 2013; FRASER, 2016).

Estes migrantes têm passado por situações de extrema insegurança no país, incluindo prisões discricionárias por parte de atores não estatais, trabalho forçado, assédio e explorações em geral. Milhares definham também em centros de detenção superlotados, nos quais são torturados e vivem em condições insalubres (SAKUMA, 2016; FRASER, 2016). Dadas as circunstâncias, muitos destes migrantes que tenham a intenção de ficar e trabalhar na Líbia, não veem outra saída que não embarcar em um barco no Mediterrâneo rumo à Europa (FRASER, 2016; IOM, 2016). Deste modo, não só a guerra civil é motivo de migração, mas a xenofobia e os ataques aos imigrantes são fatores importantes no estímulo da migração para o continente europeu e os países vizinhos, insuflando ainda mais a já latente crise de refugiados (GARTENSTEIN-ROSS ET AL, 2015).



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações na Líbia não foram obra dos Estados Unidos, Europa e seus aliados do Golfo e nem podem ser reduzidas aos seus planos para o Oriente Médio. Porém não se pode ignorar as artimanhas desses países e suas tentativas de contrarrevolução durante os movimentos da Primavera Árabe. Apesar de, como visto no capítulo 2, Qaddafi ter melhorado suas relações com o Ocidente no início do século, tendo se tornado um aliado importante na guerra ao terror, em política não existem aliados permanentes (VISENTINI, 2012b). A natureza errática da tomada de decisão de Qaddafi e a barreira que o líder representava para uma tomada completa do neoliberalismo no país eram alguns pontos negativos aos olhos das nações ocidentais. Seus colegas árabes, principalmente dos países do Golfo, não mantinham boas relações com o líder líbio desde a década de 90, e o mesmo os acusava de ser fantoche dos países do Ocidente. Mas a virada contra Qaddafi não tinha só a ver com a sua personalidade. De um lado da equação, estavam os interesses no petróleo líbio e, de outro, a necessidade política dos países do Ocidente de exercer hegemonia numa região considerada estratégica em diversas perspectivas.

Nesse sentido, é importante notar que a Resolução 1973, apesar de aprovada pela Liga Árabe, foi rejeitada pela União Africana, que, à exceção da África do Sul, se opunha à intervenção externa no conflito. A organização africana buscou mediar o contencioso, o que, visto que os colegas africanos eram importantes para Qaddafi, era a única chance de chegar a um acordo. Entretanto, a negociação com o líder líbio parecia não ser uma opção, de modo que as decisões da OTAN passaram por cima de qualquer tentativa africana de interceder no conflito. E com o desfecho da intervenção, é necessário lembrar que quem mais tem a perder com a morte do líder líbio é a própria África, que não só perde um dos principais defensores da máxima “África para os africanos”, mas um dos maiores investidores no desenvolvimento do continente.

É importante frisar também que internamente Qaddafi não foi o monstro pintado pelo Ocidente em 2011. Além de trazer diversos progressos na educação saúde e economia da Líbia, Qaddafi foi a liderança que o país precisava para de fato forjar uma unidade nacional. Através de suas habilidades políticas e de seus ideais, o líder líbio conseguiu unir a população das três províncias sob o seu governo em torno de valores nacionais comuns e manter o país estável durante mais de 40 anos, feito nunca atingido integralmente na história anterior da Líbia. Sendo assim, a sua morte não poderia ter

representado algo diferente. A unidade nacional se desmantelou e com o retorno às lealdades tribais e provinciais e a Líbia tornou-se um estado falido, no qual nenhum dos governantes possui o monopólio do uso da força e nem a legitimidade e habilidades políticas necessárias para estabilizar o país.

Assim, em um contexto em que os grupos terroristas aumentam de número a cada dia e buscam territórios com o mínimo de lei possível para se instalarem, é natural que a Líbia tenha se tornado um espaço aberto para a sua entrada. A enxurrada de armamentos, o exército dividido em dois e milhares de milícias armadas espalhadas pelo país, só tornaram o território líbio um ambiente ainda mais fértil para organizações criminosas de todos os tipos. O Estado Islâmico e a al-Qaeda representam só dois entre uma infinidade destes grupos e, apesar de apresentarem um problema grave pela facilidade de lançamento ao continente europeu, significam um impasse de segurança muito maior para os vizinhos africanos do norte do continente e da região do Saara-Sahel.

Os países da OTAN, principalmente os europeus, não esperavam que seu apoio aos rebeldes líbios fosse custar tão caro. Ao financiar, treinar e fornecer assistência logística aos insurgentes, acabaram por armar milícias jihadistas que declararam lealdade tanto à al-Qaeda quanto ao Estado Islâmico, fortalecendo-os e contribuindo para a sua instalação no país. Como afirma Ronen,

[...] sem nenhuma estratégia clara de longo prazo, as potências Ocidentais ajudaram a criar um monstro de Frankenstein para fora do cadáver da Líbia, uma criatura que pode em pouco tempo criar uma jihad do Oriente Médio contra a Europa (RONEN, 2016, pg.7 - tradução própria).

Os rebeldes apoiados pela OTAN não tem sua lealdade ligada a estes países, além do que, estes grupos não podem ser convencidos por atores externos a se desarmarem, visto que nada pode ultrapassar os lucros que podem conseguir através da exploração do petróleo líbio e das atividades ilícitas que podem exercer em meio ao caos. Além disso, a antipatia à interferência externa, herdada de um colonialismo brutal e dos valores do governo Qaddafi, torna ainda mais difícil qualquer tentativa de desmobilização por parte dos países Ocidentais. Assim, ao financiar estes grupos, os países ocidentais acabaram por ajudar estas redes terroristas transnacionais a se expandirem através do aumento do arco de instabilidade, do Atlântico ao Oriente Médio.

O assassinato do líder líbio, que deixou para trás uma Líbia caótica com fraco

controle de fronteiras, tem custado caro aos europeus<sup>21</sup> ainda por outro motivo. A queda de Qaddafi como efeito da Primavera Árabe é chave para compreender também parte das avalanches migratórias da atualidade<sup>22</sup>. Em meio à violência e agitação política generalizada, o deslocamento populacional passou a ocorrer como resultado dos movimentos e principalmente da intervenção na Líbia, na Síria e no Iêmen. Em cada um destes contextos, novas ondas de migração ocorreram e, apesar de o conflito na Síria ser o pior neste sentido, a crise Líbia também contribuiu para o aumento do deslocamento forçado em nível mundial. Países como a Itália, o Egito e Tunísia sentiram profundamente os efeitos das milhares de pessoas que já deixaram o país.

Dividida em dois governos opostos, com uma infinidade de milícias e interesses divergentes, a Líbia até agora não conseguiu se estabilizar e consolidar sob um único aparelho de Estado. A unificação da Líbia levou centenas de anos para se concretizar, tendo sido de fato alcançada apenas sob o governo de Qaddafi, de modo que os líbios têm pouca história de autodesenvolvimento coletivo. Nesse sentido, as rivalidades históricas entre as províncias e suas respectivas cidades ressurgiram mais fortes após a queda do líder, fragmentando o país em diferentes interesses regionais, tribais e religiosos. As potências ocidentais e a Liga Árabe, por sua vez, não parecem estar dispostas a ajudar na estabilização do país. A Líbia se desfez, assim, em um turbilhão de grupos armados que aproveitaram o vácuo de poder recém-criado, deixando a perspectiva de uma nova “Somália” no Norte da África cada vez mais perto.

Desse modo, é interessante lançar algumas proposições de pesquisa alternativa ao fim deste trabalho, visto que, buscando focar na importância internacional de Qaddafi e nas consequências de sua queda, não foi possível abordar questões igualmente importantes para o futuro líbio. Neste caso, se fazem latentes duas outras abordagens à questão. Primeiramente, existe a necessidade de analisar de forma mais profunda e compreender as causas da Primavera Árabe num geral e, especificamente, no contexto da Líbia, brevemente tratadas neste estudo. Outra abordagem interessante e necessária é a análise dos principais fundamentos que fizeram com que Qaddafi lograsse unificar e manter estável o país por tanto tempo. Para isso, um estudo mais aprofundado acerca do Estado líbio, suas dinâmicas, história e fundamentos torna-se necessário. Hoje, mais urgente do que compreender somente os motivos dos levantes da Primavera

---

<sup>21</sup> Aqui a ênfase nos europeus por terem participado da intervenção no conflito.

<sup>22</sup> Para a Europa, os problemas de migração e terrorismo se misturam, visto que o Estado Islâmico está se utilizando do fluxo de migrantes da Líbia como cobertura para levar recrutas estrangeiros para o continente.

Árabe e da queda de Qaddafi, é buscar entender o que unificou um país tão dividido em torno de seu antigo líder, para que, quem sabe num futuro próximo, algum outro governo consiga fazer o mesmo.

**REFERÊNCIAS:**

- AL-GADAFI, Muammar. **O Livro Verde**. eBook: Montecristo Editora, 2012.
- ALEXANDER, Yonah. **Terrorism in North Africa and the Sahel in 2014**. Sixth Annual Report of the Inter University Center for Terrorism Studies, 2015.  
Report of the Inter University Center for Terrorism Studies, 2015.
- AMIN, Samir. **¿Primavera árabe?: El mundo árabe en la larga duración**. Barcelona: El viejo topo, 2011
- AMIN, Samir. **¿Tienen futuro las Revoluciones árabes? Geoestrategia y guerras en Oriente Medio**. Barcelona: El viejo topo, 2013.
- BAKRANIA, Shivit. **Libya: Border Security and Regional Cooperation**(GSDRC Rapid Literature Review). Birmingham: GSDRC, University of Birmingham, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos EUA - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BENNIS, Phyllis. **UN Declares War on Libya: UN resolution goes far beyond no-fly zone to allow all necessary measures against Qaddafi**. Washington: Institute For Policy Studies, 2011. Disponível em: <[http://www.ipsdc.org/un\\_declares\\_war\\_on\\_libya/](http://www.ipsdc.org/un_declares_war_on_libya/)>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.
- BODUSZYNSKI, Mieczysław P. The external dimension of Libya's troubled transition: the international community and 'democratic knowledge' transfer. Londres: **The Journal of North African Studies**, vol. 20, n.5, 735-753, 2015.
- BOYLE, Francis A. **Destroying Libya and World Order: The Three-Decade US Campaign to Terminate the Qaddafi Revolution**. Atlanta: Clarity Press, 2013.
- BRAHIMI, Alia. Libya's Revolution. **The Journal Of North African Studies**. Londres, p. 605-624. 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13629387.2011.630880>>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- CAMPBELL, Horace. **Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya**. Oxford: Pambazuka Press, 2014.
- CHIVVIS, Christopher S., MARTINI, Jeffrey. **Libya after Qaddafi: lessons and implications for the future**. Washington: RAND Corporation, 2014.
- COLE, Peter. Borderline Chaos?: Stabilizing Libya's Periphery. **The Carnegie Papers**. Washington, p. 1-34. out. 2012. Disponível em: <[http://carnegieendowment.org/files/stablizing\\_libya\\_periphery.pdf](http://carnegieendowment.org/files/stablizing_libya_periphery.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

- ENGEL, Andrew. **Libya as a Failed State: Causes, Consequences, Options**. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 2014.
- FACHAL, Sonia Garcia. **Libia: situación de los simpatizantes de Gadafi. Falta de protección de la Población Civil**. Madrid: Comision Española de Ayuda al Refugiado, 2013.
- FLAHAUX, Marie-Laurence; HAAS, Hein De. African migration: trends, patterns, drivers. **Comparative Migration Studies**, 4:1, 2016.
- FRASER, Christian. 'Push' factor drives migrants away from Libya to Europe. **BBC News**. 17 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/explainers-36311638>>. Acesso em: 06 Out. 2016.
- GARTENSTEIN-ROSS, Daveed et al. **The Crisis in North Africa: Implications for Europe and Options for EU Policymakers**. Haia: Netherlands Institute Of International Relations Clingendael, 2015. 90 p. Disponível em: <[http://www.clingendael.nl/sites/default/files/The crisis in North Africa report 2015.pdf](http://www.clingendael.nl/sites/default/files/The%20crisis%20in%20North%20Africa%20report%202015.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- GONZÁLEZ, Francisco J. Ruíz. **Reflexiones sobre la situación en Libia y la actuación internacional**. Madrid: Fundación Ciudadanía y Valores, 2011.
- GUZANSKY, Yoel; STRIEM, Erez. **The “Arab Spring” and Refugees in the Middle East**. Tel Aviv: Institute for National Security Studies. Nro 496, Dezembro de 2013.
- HAJJAR, Sami G. The Jamahiriya Experiment in Libya: Qadhafi and Rousseau. **The Journal of Modern African Studies**, Vol. 18, No. 2, pp. 181-200. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/160277>>. Acesso em 21 julho 2016.
- IOM. **IOM Libya Brief**. International Organization for Migration. Setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.iom.int/countries/libya>>. Acesso em 06 Out. 2016.
- JOFFÉ, George; PAOLETTI, Emanuela. **Libya's Foreign Policy: Drives and Objectives**. Washington: The German Marshall Fund of the United States, 2010.
- JOHN, Ronald Bruce St. Libya: Reforming the Economy, not the Polity. In: ZOUBIR, Yahia H.; AMIRAH-FERNÁNDEZ, Haizam (Ed.). **North Africa: politics, religion and the limits of transformation**. Oxon: Routledge, 2008. Cap. 3. p. 53-70.
- KAPLAN, Seth. **Understanding Libya: The Role of Ethnic and Tribal Groups in Any Political Settlement**. 2013. Disponível em: <<http://www.fragilestates.org/2012/03/01/understanding-libya-the-role-of-ethnic-and-tribal-groups-in-any-political-settlement/>>. Acesso em: 16 out. 2016.
- KHALLAF, Shaden. **Displacement in the Middle East and North Africa: Between an Arab Winter and the Arab Spring**. Beirute: Issam Fares Institute for Public Policy and International Affairs, 2013.
- LUNDIN, Iraê Baptista. A intervenção militar na Líbia. **Tensões Mundiais**, Lisboa, v. 7, n. 13, p.193-209, jul. 2010.

- MARTINEZ, Luis. **Countries at the crossroads 2011**: Libya. FreedomHouse, 2011.
- MAZRUI, Ali A. **História Geral da África vol. VIII**: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- METCALFE-HOUGH, Victoria. **The migration crisis?** Facts, challenges and possible solutions. Londres: Overseas Development Institute, 2015.
- PARGETER, Alison. **The rise and fall of Qaddafi**. New Haven: Yale University Press, 2012.
- POUGALA, Jean-Paul. **The Lies behind the West's War on Libya**: are those who want to export democracy themselves democrats? Global Research, 2011. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-lies-behind-the-west-s-war-on-libya/25212>>. Último acesso em: 28 de março de 2016.
- PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter**. Edimburgo: AK Press Publishing & Distribution, 2012.
- RANDALL, Edward. **After Qadhafi**: Development and Democratization in Libya. The Middle East Journal, Volume 69, Numero 2, 2015, pp. 199-221 (Article). Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/mej/summary/v069/69.2.randall.html>>. Acesso em: 09 Abr. 2016.
- RONEN, Yehudit. The Lockerbie Endgame: Qadhafi Slips the Noose. **Middle East Quarterly Winter**, pp.53-59, 2002.
- RONEN, Yehudit. **Qaddafi's Libya in World Politics**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2008.
- RONEN, Yehudit. Libya's Descent into Chaos North African Turmoil. **Middle East Quarterly Winter**, 2016
- ROSENBLATT, Nate. **All Jihad is Local**: What ISIS' Files Tell Us About Its Fighters. Washington: New America, 2016.
- SAKUMA, Amanda. How Libya Became the gatekeeper of Africa's migrant crisis. **MSNBC News**. 17 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.msnbc.com/specials/migrant-crisis/libya>>. Acesso em: 06 Out. 2016.
- SANTOS, Ricardo Fal Dutra. O Estado Islâmico e a Líbia. **CeiriNewspaper**. Online, p. 1-1. 6 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/o-estado-islamico-e-a-libia/>>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- SAWANI, Youssef; PACK, Jason. Libyan constitutionality and sovereignty post-Qadhafi: the Islamist, regionalist, and Amazigh challenges. **The Journal of North African Studies**, 2013. Vol. 18, No. 4, 523-543 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13629387.2013.838056>>. Acesso em: 04 Dez.2015.
- SIMONS, Geoff. **Libya: The Struggle for Survival**. 2. Ed. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.
- SIMONS, Geoff.; BENN, Tony. **Libya and the West**: from independence to Lockerbie. Oxford: Taylor & Francis, Ltd., 2003.

- STEPHEN, Chris. Libya faces influx of migrants seeking new routes to Europe. **The Guardian**. 09 de Abril de 2016. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2016/apr/09/libya-influx-migrants-europe>>. Acessoem: 06 Out. 2016.
- STURMAN, Kathryn. The rise of Libya as a regional player. **African Security Review**, Vol. 12, n. 2, 2003.
- STRATFOR. Libya: Islamic State Eyeing Interior Oil Fields, French Defense Chief Says. **Stratfor**. 14 de Dezembro de 2015a. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/situation-report/libya-islamic-state-eyeing-interior-oil-fields-french-defense-chief-says>>. Acessoem: 02 Fev. 2016.
- STRATFOR. Libya's Government Seeks Support It May Not Get. **Stratfor**. 21 de Agosto de 2015b. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/analysis/libyas-government-seeks-support-it-may-not-get>>. Acessoem 13 Out. 2016.
- STRATFOR. Islamic State Will Keep Targeting Libya's Oil Infrastructure. **Stratfor**. 18 de Janeiro de 2016a. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/image/islamic-state-will-keep-targeting-libyas-oil-infrastructure>>. Acessoem: 03 Mar. 2016.
- STRATFOR. In Libya, the West Heeds the Call of Intervention. **Stratfor**. 19 de Janeiro de 2016b. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/analysis/libya-west-heeds-call-intervention>>. Acessoem 03 Mar. 2016.
- TOALDO, Mattia. **Migrations Through and From Libya: A Mediterranean Challenge**. IstitutoAffariInternazionali Working Papers. Edição 15, Maio de 2015.
- UNHCR. **Handbook and Guidelines on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees**. Geneva: UNHCR, 2011.
- UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2015**. Junho de 2016.
- VANDEWALLE, Dirk. **A History of Modern Libya**. Cambridge: University Press, 2006.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os países africanos: diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012a.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012b.
- VISENTINI, Paulo F.; RIBEIRO, Luiz D.T.; PEREIRA, Analúcia D. **História da África e dos Africanos**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2014.
- ZEIDAN, Shawky S. Politics and Government. In: METZ, Helen C (Ed.). **Libya: a country study**. Washington: Federal Reseach Division, 1987.
- WINTER, Charlie. "Libya: The Strategic Gateway for the Islamic State: Translation and Analysis of IS Recruitment Propaganda for Libya. Londres: **Quilliam Foundation**, 2015. Disponível em: <<http://www.quilliamfoundation.org/wp/wp-content/uploads/publications/free/libya-the-strategic-gateway-for-the-is.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2016.